

Revolução

Angola mpia

A VITÓRIA É CERTA



SR. MINISTRO:

VÁ TRABALHAR P' RÁS OBRAS!

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

HOMENS E MULHERES

Quando estava a ler o último número do "Revolução" fui surpreendida pela leitura da seguinte frase, no Editorial: "Mas essas manifestações de massas mostram-nos uma vez mais os erros de certas correntes maoístas no seio do movimento operário, as quais fazem sistematicamente o aproveitamento partidário das movimentações, criando divisão e sectarismo, afastando grande quantidade de homens mais despolitizados".

Fiquei extremamente aborrecida pois sei que há muitas mulheres que participam nestas manifestações, mulheres que são excluídas por esta declaração.

Pareceu-me muito mal que o jornal o fizesse, primeiro porque há que reconhecer que inúmeras trabalhadoras estão a desempenhar papel importante na luta. Na própria manifestação a que se referem, em caminhei com uma mulher de cerca de cinquenta anos dum lado, que tinha um filho com uniforme de soldado num grupo mais à nossa frente, e do outro lado tinha uma camarada com quem trabalho todos os dias. As trabalhadoras da Plessey e da Sogantal, por exemplo, têm estado na vanguarda do movimento operário. Devido à sua participação na luta concreta pelo poder

operário, elas também sentem fortemente as contradições da sua posição como mulheres trabalhadoras, o modo particular como são manipuladas pelos patrões e pela sociedade. Essas mulheres foram forçadas a mudar as suas atitudes em muitos aspectos, mas conseguiram fazê-lo e muitas delas estavam presentes nessa e noutras manifestações.

Além disso, eu gostaria de acrescentar que trabalho num centro cultural em Alcântara e que verifico que não é possível fazer dele um centro de poder popular, sem que se conte com o poder de organização das mulheres da área. O centro é neste momento dirigido por uma comissão de trabalho principalmente constituída por jovens desempregados e é óbvio que ela poderá criar raízes na área, a não ser que consigamos atrair as mulheres que vivem no local e as façamos visitar o centro e trabalhar nele. Dada a sua situação estas mulheres são as que será mais fácil de atrair. As mulheres que têm dois "empregos", um em casa e outro na fábrica, podem não dispor do tempo necessário e, de qualquer modo, os seus problemas requerem soluções diferentes. Mas as mulheres que trabalham em casa e têm filhos vivem diariamente contradições e frustrações resultantes duma vida isolada e os seus

problemas só podem ser resolvidos através de uma atitude mais colectivista em relação à organização da vida e à educação dos filhos. Camaradas: como iremos nós interessar essas mulheres na luta se os grupos políticos e os jornais ignorarem o papel que lhes cabe na revolução e ignorarem até a participação de mulheres que já estão organizadas e lutam pelo socialismo? Se quiserem ajudar, e não dificultar, a luta pela construção de órgãos de

poder popular, têm de mudar a maneira como falam da classe operária, que é constituída por 50% de mulheres. Pela nossa posição particular dentro do sistema capitalista, nós, mulheres, necessitamos que as organizações que nos queiram representar nos ajudem a construir a confiança de que necessitamos para nos movermos da nossa posição de inferioridade na sociedade velha para uma posição de igualdade na sociedade nova.

Sedes

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, 15
ALGÉS DE CIMA Tel. 2100337

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40 Telef. 939525

ÁRGEA — Telef. 0049/92169

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29 Telef. 0079/24594

BRAGA — R. Santa Margarida, 169. 1.º

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10
Tel. 2763267/2763397/2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119

573520
573640

Jornal "Revolução"
Rua Castilho, n.º 70

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA
— Av. da República, 40

LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º Telef. 0089/63043

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pombal, n.º 65

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 2474142

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, n.º 17

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Tel. 315759/315786

S. JOÃO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 142

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espigueira — Tel. 22558

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68 — Telef. 770017

RESPOSTA À CAMARADA:

Temos a esclarecer a nossa camarada leitora que a palavra "homens" tem no artigo em questão o significado correspondente a "homens e mulheres". Comohdeves saber a única palavra que significa simultaneamente os dois sexos é "pessoas," e esta palavra é demasiado indiferente, tem pouca força, não nos parece a mais indicada para significar as "pessoas" que estão naquele tipo de manifestações.

Claro que o facto de "homens" acumular "homens e mulheres" tem o seu significado em relação à

língua, tal como o plural em relação ao conflito de feminino e masculino, que é sempre dado pelo masculino: "O homem e a mulher são revolucionários", "Naquela manifestação há muitos homens e mulheres", etc, etc. Mas estas marcas do domínio do homem que aparecem na língua são infelizmente apenas um dos muitos sinais desta sociedade patriarcal.

Quanto ao trabalho entre mulheres e para as mulheres, estamos perfeitamente de acordo com ele e praticamo-lo. Pensamos mesmo

Continua na pág. 14

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90800
— 185000

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

A burguesia desespera O C. R. FAZ «ELPADAS»

Os três actos desesperados na última semana

Perante o avanço da organização das massas populares nas fábricas, nos campos e nos quartéis, a burguesia vacila e desespera.

Os interesses sociais-democratas que se fazem sentir a todos os níveis do Governo, não podem de maneira nenhuma ficar indiferentes a que os soldados se organizem nos SUV e em Comissões de Soldados, órgãos verdadeiramente representativos dos seus interesses, como não pode ficar indiferente à luta dos trabalhadores do

jornal "O Século", do Ministério da Comunicação Social, da Construção Civil, e claro da Rádio Renascença. A perturbação ou mesmo o desespero da burguesia traz como consequência que se vá vendendo por este país da "Revolução de cravos" a PSP ferir trabalhadores, atentados à bomba, "desvios" de aviões feitos pelo actual poder enfim os mais variados que revelam que a burguesia está a desesperar.

carregaram à boa maneira fascista sobre quem se manteve na Praça que também não chamaram de "anarquia" à actuação da policia. Provavelmente os senhores ministros e companhia, tiveram mas foi pena de não terem podido tirar a gravata, arregaçar as mangas e vir de G-3 em punho "ajudar à festa"! Cabe aqui uma referência à militância revolucionária dos muitos soldados que se concentraram pela noite fora junto ao Ministério em apoio aos seus companheiros

de classe. dos Restauradores a apoiar os trabalhadores em luta.

Balanço do primeiro desespero da burguesia, — um trabalhador atingido com 3 tiros (!), e umas dezenas de feridos a tiro, ou com valentes coronhadas. Entretanto, Ferreira da Cunha passeia-se nas ruas dos Açores. É claro que ao comandante das forças policiais, nem o Conselho da Revolução nem o Conselho de Ministros chamaram de "indisciplinado", como claro é,

veis confrontos, o que não se verificou.

2.º A tentativa que foi feita de leitura na Rádio Ribatejo de um comunicado à população onde era explicada a posição do Centro em relação à Reforma Agrária e eram desmascaradas as manobras diversionistas dos agrários que levariam consigo pequenos e médios proprietários da zona, o que foi impedido.

3.º A tardia intervenção da EPC que só chegou praticamente para ver o "rescaldo". Cabe aqui perguntar: de que lado estão os oficiais da EPC? Ou será mesmo que acreditaram nas palavras dos agrários que, segundo parece, lhes teriam assegurado que a manifestação seria pacífica?

Balanço do segundo desespero da burguesia: 2 mortos (um deles agrário) e 5 feridos (3 deles agrários).

Continua pág. 4

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social, como é já sobejamente conhecido, travam uma justa luta pelo saneamento do tenente coronel Ferreira da Cunha, fascista retinto, outrora ligado à super-PIDE CDI, mais recentemente em Maio de 1974 representante pessoal de Spínola quando das negociações do contrato colectivo

de trabalho do M.C.S. e surpresa das surpresas, pessoa que consta ser o autor de muitos dos discursos de Costa Gomes!!

Este senhor tinha que ser protegido pelo Governo, que não hesitou em mandar cerca de cem policiaes, que não só lhe protegeram a entrada no Ministério perante os piquetes dos trabalhadores, como

SANTARÉM AGUDIZA-SE A LUTA DE CLASSES

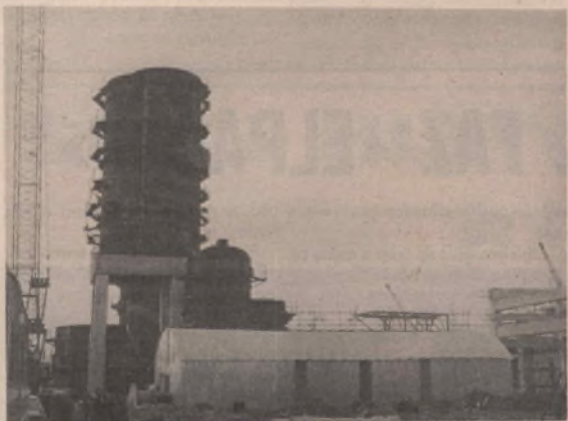
A mesma hora que se verificava o ataque das forças policiais em Lisboa também em Santarém os latifundiários fizeram uso da força das armas contra os trabalhadores agrícolas que estavam concentrados junto ao Centro de Reforma Agrária para o defender. Depois de uma reunião de agrários centenas de manifestantes dirigiram-se ao

Centro de Reforma Agrária, dispostos a atacá-lo. Um comunicado do C.R.R.A. (Centro Regional da Reforma Agrária) ilustra bem o que realmente se passou em Santarém onde se foca:

1.º O aviso que foi feito à EPC (Escola Prática de Cavalaria) antes dos incidentes pedindo que fossem tomadas medidas para evitar possi-

GREVE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O FIM DAS LUTAS ECONÓMICAS?



Os operários da construção civil estão em greve!

A greve, nacional, foi decretada pelos sindicatos e tem a adesão da esmagadora maioria dos trabalhadores do sector.

As reivindicações centram-se à volta da conquista do contrato colectivo vertical e da aplicação imediata do novo contrato colectivo, contrato colectivo este, que beneficiaria especialmente os serventes.

Esta luta dos operários da construção civil tem um carácter

puramente reivindicativo, ainda que com grandes implicações políticas.

COMO SE CHEGOU A ACTUAL CRISE?

Já há muito que os operários da construção civil lutavam por um novo contrato colectivo.

Os sindicatos, especialmente devido às relações de grande compromisso com os governos anteriores ao VI, nunca se interessaram por dinamizar o mal-estar que se fazia sentir entre os operários do sector.

Não exageramos se dissermos que é uma das poucas lutas importantes com cobertura nacional, que nos últimos tempos se têm travado numa perspectiva puramente reivindicativa. Os operários da construção civil, salvo raras excepções, e devido, entre outras coisas, ao facto de a maioria das empresas serem de pequenas dimensões, são dos operários que menos conseguiram criar e desenvolver estruturas orgânicas autónomas, que não só defendessem com mais

eficácia as suas reivindicações materiais, como também conseguissem ligar os interesses imediatos (económicos) dos operários da construção, aos interesses globais de toda a classe operária.

Esta situação foi-se mantendo, apesar de as contradições se irem agudizando. E isto até ao dia 29 de Outubro, uma quarta-feira, data em que em Sines se criou, em algumas das muitas empresas do "Gabinete da Área de Sines", um comité de greve.

O projecto de Sines, onde trabalham cerca de 5000 pessoas, é o maior projecto de investimento feito pelo regime de Caetano. Dadas

as suas dimensões e as esperanças que os fascistas e a burguesia portuguesa tinham no projecto, houve quem lhe chamasse a Caetanólândia.

Com o 25 de Abril, o projecto foi posto em causa, mas devido a todos os investimentos já nele feitos e devido à falta de alternativas válidas que estivessem ligadas a uma política de desenvolvimento que realmente considerasse como prioritários os interesses das classes trabalhadoras, (contribuin-

do para a diminuição do desemprego e o aumento do nível de vida dos operários), os sucessivos governos provisórios levaram para diante o "fantástico" empreendimento de Sines.

Mas, voltemos à greve! A luta começou na EMPEC, onde trabalham cerca de 250 pessoas.

A luta foi desencadeada à volta, especialmente, da reivindicação de melhores salários para os serventes.

Continua pág. 4

Grandiosa manifestação dos operários da construção civil

Realizou-se no dia 12 de Novembro uma impressionante manifestação dos trabalhadores da construção civil.

Depois do Conselho de Ministros, numa nota oficial, ter "reivindicado" para si a resolução do conflito, depois de por decisão do capitão Tomás Rosa o Ministério do Trabalho ter fechado as portas aos trabalhadores, uma coisa fica, e que é bem mais importante: a vontade inabalável dos trabalhadores em seguirem para a frente com a luta, gritando "contrato vertical, cá para fora já", "operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos" e "4500\$00, salário de fome", numa manifestação de mais de 100 000 trabalhadores que sentem a exploração na carne.

Como nota curiosa e bem elucidativa desta manifestação, viam-se muitos cartazes "POVO-MFA", com o "POVO" bem à mostra ... e o "MFA" tapado.

O FIM DAS LUTAS ECONÓMICAS?

Continuação de pág. 3

Na EMPEC, das 248 pessoas empregadas, 95 são serventes.

O movimento estendeu-se a umas poucas empresas mais, e assim se criou o comité de greve. Entre estas empresas que imediatamente aderiram à greve, estava a Condotte, a maior de todas, empresa italiana com 1042 empregados, 254 dos quais são serventes.

A decisão da greve foi tomada, por votação em plenários dos trabalhadores das empresas onde a luta começou.

PARALISAÇÃO TOTAL DO TRABALHO EM SINES

Depois da greve aprovada na EMPAC, na Condotte, na A.C. e em uma ou outra empresa mais, os trabalhadores destas percorreram toda a área dos estaleiros de Sines, indo de empresa em empresa impôr a sua vontade. Durante quinta e sexta-feira, os operários em greve, armados de paus e varapaus, deram portanto volta a todas as outras empresas convidando os outros

trabalhadores a aderirem à greve. Plenários eram imediatamente organizados e a greve era aprovada.

Houve alguns pequenos incidentes, de casos de trabalhadores que não queriam aderir, do que resultaram 5 hospitalizações. Numa das empresas, a Construterra, o próprio patrão, Vieira Machado, estando presente na altura da votação, temendo a reacção dos trabalhadores, votou a favor da greve!

Os sindicatos, entretanto, que a princípio não se interessaram pela

greve, tomando consciência da força que a greve estava ganhando,

vêm não só aderir à greve de Sines, como a decretar a greve nacional.

PERSPECTIVAS DA GREVE

A greve dos operários da construção civil, repetimo-lo, é uma luta com carácter reivindicativo económico.

Não acreditamos que o governo seja capaz de satisfazer as justas reivindicações dos operários.

Mas, ainda que o governo satisfizesse as exigências imediatas dos operários, o aumento do custo de vida comeria rapidamente os aumentos dos salários. Muitas outras greves têm mostrado esta verdade. Só utilizando a luta para que se avance no sentido dos trabalhadores tomarem o poder é que os próprios trabalhadores

conseguirão ver resultados. Por outro lado, uma coisa é certa, muitas vezes só a partir do momento em que os trabalhadores de um sector têm visto que as reivindicações económicas não levam a nada, e aue tem sido possível desenvolver um trabalho político que aponte para a tomada do poder pelos trabalhadores.

Em manifestação grandiosa que se realizou no dia 12 em Lisboa, os trabalhadores da construção civil mostraram a sua força, mas como a luta não tem uma perspectiva política, ela vai perder-se. Muitos trabalhadores irão compreender que necessitam de se organizar nos seus locais de trabalho para poderem continuar a luta.

SR. MINISTRO: VÁ TRABALHAR P' RÁS OBRAS!

Transcrevemos parte do comunicado feito pelo Sindicato da Construção Civil do distrito de Lisboa, às 4 horas de 12 de Novembro de 1975:

1. A nossa luta pelo pão, pelo socialismo, pelo fim da miséria e da exploração, está na ordem do dia. A adesão à greve pode-se considerar total em todo o país. Mesmo alguns distritos que de início não aderiram, caso de Aveiro, encontram-se agora totalmente paralisados.

(...) 2. Camaradas, a recente atitude do Ministro do Trabalho de encerrar o Ministério, só confirma aquilo que pensamos dele. É um laço dos patrões, vira-nos as costas, e o seu filho Marcelo Curto, Secretário de Estado, foi apanhado a negociar com os patrões tentando declarar o sector da construção civil em crise, bem se vê para justificar a recusa do nosso Contrato. É nas horas difíceis que se vê quem está do nosso lado e quem está

contra nós.

O senhor Ministro disse que tinha medo que os trabalhadores assaltassem o Ministério, por isso mandou fechá-lo. Que triste figura faz um Ministro do Trabalho que fecha as portas aos trabalhadores. Realmente, o senhor Ministro devia estar era no Grémio e não no Ministério!

Senhor Ministro! Faça as suas malas e encaminhe-se para o Grémio que é lá que está bem, e já agora leve consigo o seu filho Marcelo, pois fazem um rico par!

Não se preocupe o senhor Ministro, que os trabalhadores que tudo construiram, inclusive a sua própria casa não irão destruir nada. O que nós queremos é pôr fim aos salários de miséria, é acabar com a exploração a que estamos sujeitos e construir em Portugal uma sociedade em que sejamos os donos da riqueza que produzimos.

3. Camaradas, como temos afirmado, deste Governo não virá nada de bom e a prova está bem à

vista: o Conselho de Ministros tenta congelar o nosso Contrato. Esta medida faz parte de uma acção mais vasta chamada Plano Económico que mais sacrifícios e miséria nos vai trazer.

Hoje somos nós, amanhã serão outros trabalhadores. Ergamos a nossa força e digamos NÃO! Aquilo que eles agora tentam já o tentaram com os metalúrgicos. Se cedermos será todo o povo trabalhador que irá sofrer atrás de nós.

Seja o Ministério do Trabalho ou o VI Governo, ninguém nos deterá, pois a nossa luta é a luta dos explorados, e unidos como os dedos da mão avançaremos até onde for necessário.

Quanto à calúnia de "manobras partidárias", devolvemos a acusação ao Conselho de Ministros e às suas figuras mais "ilustres" pois que lhes assenta como uma luva — veja-se o discurso do senhor Salgado Zenha na RTP'.

PLENÁRIO NA CONSTRUTERRA EM SINES

No dia 11, Revolução esteve em Sines, onde contactou muitos dos trabalhadores em greve. Entre outras firmas, estivemos na Construterra.

No plenário onde estivemos, procedeu-se à eleição de delegados sindicais e à discussão da organização dos trabalhadores para a manifestação do dia 12.

A Construterra em Sines, com cerca de 320 empregados, é um exemplo típico de empresa onde os trabalhadores da construção civil quase não estão organizados.

No dia 11, os camaradas da Construterra ainda nem sequer tinham escolhido os seus representantes para o comité de greve.

Os próprios trabalhadores da Construterra reconheciam, no plenário, que tinham que organizar-se.

Na Construterra, como em muitas outras empresas, os resultados desta luta irão certamente mostrar a necessidade de os operários desenvolverem as suas organizações autónomas.

Os camaradas da construção civil, têm que reforçar as suas comissões de trabalhadores e dar-lhes uma perspectiva que verdadeiramente defenda os seus interesses.

Só organizando a sua luta para o reforço do poder popular, ligando-a à luta de todos os outros trabalhadores e dos soldados e marinheiros, os operários da construção civil conseguirão vencer.

A burguesia desespera O C.R. FAZ «ELPADAS»

Continuação de pág. 3

RÁDIO RENASCENÇA — A "ELPADAS" MAIS DESCARADA

Poucas horas depois dos acontecimentos atrás referidos, recontam cerca de 5 Kilos de carga plástica "808", simultâneas com seis cargas de dinamite. Cerca das 4,30h da manhã de dia 7, chegam 60 paraquedistas comandados pelo capitão Barroca Monteiro que expulsam os 5 trabalhadores que se encontravam de serviço juntamente com os poucos soldados e populares que ali estavam em piquete voluntário. O edifício ficou destruído assim como todo o material que lá se encontrava, destruição que ascendeu aos 10 mil contos (!)

Convém notar as posições assumidas posteriormente.

O general Moraes e Silva além de ter afirmado que as bombas tinham sido postas por militares, considerou a dado passo de uma entre-

vista, quanto à R. R. que não haveriam as seguintes hipóteses: 1.º Retirar os cristais o que seria pouco eficaz pela facilidade já demonstrada na sua substituição.

2.º Desmontar o equipamento que teria demorado muito tempo; o C.R. não queria ocupar, mas silenciar.

3.º Pura e simples destruição, opção do Conselho da Revolução.

O capitão Barroca Monteiro (que comandou a força de para-quedistas) a seguir à destruição dos emissores da Buraca, foi ouvido por soldados comentar que o atentado teria sido "só uma amostra". Simultaneamente os paraquedistas que foram utilizados em toda esta manobra afirmam terem sido enganados o que veio a acontecer, pondo-se posteriormente sob as ordens do COPCON e

declarando que não mais obedeceriam ao comando de Tancos.

A polícia militar, tomou também posição acerca do caso da R.R. não só pelo seu inegável apoio que de há muito tempo tem demonstrado ter para com a classe trabalhadora, como também porque uma viatura sua foi interceptada por para-quedistas durante a ocupação dos emissores, e impedida de contactar para a Unidade.

Diz o comunicado da PM: "(...) A destruição do Emissor da R.R. é um crime vergonhoso contra a liberdade de Informação e principalmente contra os trabalhadores do nosso país.

Não há qualquer justificação, mesmo em termos de ideologia burguesa, já de si criminosa, para semelhante atitude.

Só o desespero a que chega a burguesia pode justificar o acto terrorista legitimado pelos órgãos do poder dito revolucionário.

É mais uma provocação miserá-

vel em que os soldados foram metidos.

Que isto sirva de lição a todos os soldados do nosso país.

Tudo tem um lado mau e um lado bom.

Que saibamos aproveitar o lado bom deste atentado terrorista do poder burguês. A razão que explica aquela atitude, é que a burguesia está perdendo as suas forças, bate em retirada nas algumas frentes, enquanto vai mostrando os dentes para assustar, e, utilizando o preconizado pela tática militar, destrói o material que não pode utilizar.

Camaradas, a hora é de luta e de alerta.

Os camaradas soldados paraquedistas que foram instrumentalizados para o odioso atentado já disseram "que tinham sido enganados", já é a segunda vez que são enganados...

E se-lo-ão de novo se não criarem desde já, a sua organiza-

ção, e se não impuserem a sua força.

E assim, em actos terroristas, que o C. R. cada vez se aproxima mais dos inimigos mortais da classe operária e vice-versa.

Balanço do terceiro desespero da burguesia: 10 mil contos de prejuízo, e o silêncio de uma rádio ao serviço dos trabalhadores.

Como resposta a estes ataques fascistas, há que avançar na organização de todos os explorados e oprimidos, há que promover discussões nas fábricas, nos campos, nos quartéis para a constituição de órgãos de poder eleitos a partir da base, e revogáveis a todo o momento. Todos os revolucionários se devem unir numa frente de combate única, na aspiração comum da tomada do poder pela classe operária. A insurreição armada está na ordem do dia e para isso, há que UNIR, ORGANIZAR E ARMAR A CLASSE TRABALHADORA.

JUSTIÇA BURGUESA, NÃO — JUSTIÇA POPULAR, SIM

3 tribunais populares de moradores

Ao entrarem para o VI Governo, o PS e o PPD puseram como uma das condições a desocupação das casas ocupadas "selvaticamente e à margem da lei". A partir daí, todas as discursatas de Pinheiro de Azevedo, Mário Soares ou Sá Carneiro tocam nesta ferida aberta no corpo da burguesia pelos trabalhadores.

Zenja na televisão, dizia no dia 10 — "Como se pode pedir aos construtores civis que construam casas se elas são ocupadas?"

Assim os moradores explorados deste país sabem quem são os homens que governam em S. Bento e quais as suas intenções em relação às conquistas revolucionárias das massas. Por isso, os ocupantes e moradores revolucionários se organizam cada vez mais e avançam na luta. Por todo o país rebenta o movimento dos moradores.

É o Conselho de Moradores do

Porto, é o Comité de luta de Setúbal. É o Conselho Revolucionário da Costa da Caparica, é a ocupação do Governo Civil de Faro, é o plenário de ocupantes de Lisboa no dia 4 de Outubro convocado pelo Secretariado das CRAMO — comissões revolucionárias Autónomas de Mpradores e Ocupantes.

Os campos definem-se. As duas partes preparam-se para o combate. A burguesia, encorajada a nível de Poder (governo) mostra os dentes e faz as suas investidas.

Ao Palácio da Justiça, chegam todos os dias pedidos de levantamento de processos a ocupantes movidos pelos senhorios. Contra as medidas revolucionárias das ocupações, eles agarram-se miseravelmente às leis burguesas como se uma coisa tivesse qualquer ligação com a outra. Como se fosse possível misturá-las.

Tribunal popular na Boa-Hora

No dia 4 de Novembro o Tribunal burguês da Boa Hora, preparava-se para julgar segundo as suas leis uma ocupante da zona da Penha de França.

Entretanto com ela estavam cerca de 400 moradores e ocupantes, convocados pelo

Secretariado das CRAMO, em desafio firme ao poder da burguesia e suas leis, gritando sempre, CASAS SIM, BARRACAS NÃO! JUSTIÇA BURGUESA NÃO, JUSTIÇA POPULAR SIM!

Segundo o Tribunal, o julgamento da camarada ocupante

deveria fazer-se numa sala onde apenas cabiam cerca de 20 pessoas. De imediato foi recusado pelos moradores e foi dado um prazo de (5 minutos) ao juiz para escolher outra sala onde coubessem todos. Como isso fosse negado, decidiu-se fazer ali um julgamento Popular que deliberaria sobre o assunto.

O júri constituído por representantes de 27 Comissões de Moradores (a maioria de Lisboa) deu início ao tribunal Populário, ouvindo-se o relato do caso da ocupante, feito por ela própria, que informou os camaradas presentes da sua situação. Tendo ocupado uma casa clandestina da viúva de Rodrigues e Rodrigues, viu-se sujeita a agressões de toda a ordem que a fizeram abortar 2 gémeos numa gravidez de 8 meses e que chegaram até à sua traiçoeira detenção pela polícia.

Depois de importantes intervenções de alguns camaradas sobre a necessidade da organização dos Moradores explorados, um membro do Secretariado das CRAMO falou do problema da auto-defesa armada das Comissões Revolucionárias de Moradores. Foi um momento forte do julgamento. gritava-se com vigor "ARMAS PARA O POVO. JÁ!"

Foram então aprovadas decisões como:

— Considerar inimigos do povo os agressores da ocupante, e como tal ficarem estes sujeitos a tribunal popular quando os trabalhadores tomarem o poder.

— Considerar a ocupante absolvida e com plenos direitos a casa que ocupou.

Ficou ainda decidido que em breve, a Comissão de Moradores de Penha de França organize um julgamento popular dos agressores fascistas.

Depois disto, gritando as palavras de ordem já referidas os mora-

dores dirigiram-se em manifestação para a Câmara Municipal de Lisboa, exigindo uma tomada de posição desta a favor dos ocupantes. Depois de várias manobras, o Presidente da Câmara acabou por não receber os manifestantes, tendo muitos destes seguido para casa da ocupante, para a defender de possíveis ataques dos fascistas.

Julgamento popular de um morador de Moscavide

Dois dias depois houve, no Palácio da Justiça um julgamento Popular. Uma família de Moscavide que vive num prédio velho onde todos os moradores pagam 500\$00 de renda, pagava 3 000\$00. Há alguns meses, o homem foi despejado e consequentemente deixou de pagar a renda. Perante isto, o senhorio meteu a família em tribunal. A Comissão de Moradores de Moscavide convocou outras comissões para comparecerem no julgamento.

Alertadas pelos acontecimentos da Boa Hora, as forças policiais, a

soldo da burguesia, prepararam um dispositivo repressivo para enfrentar a força revolucionária dos moradores; como estes quisessem invadir o tribunal e violassem os cordões da Polícia, esta carregou a cassetete sobre eles, que responderam prontamente na mesma moeda.

Entretanto fez-se ali mesmo, nas escadas, o julgamento popular, o ocupante foi naturalmente absolvido e foi lida uma moção de apoio ao julgamento popular pelos trabalhadores do Palácio da Justiça, reunidos em plenário.

Julgamento popular de Cascais

Em Cascais, no dia seguinte, houve novo julgamento Popular, 4 pessoas, que pertencem a um grupo de 50 moradores ocuparam umas casas de fascistas, gúgidos no estrangeiro.

Moradores de bairro de lata julgados por se recusarem a viver na miséria de uma barraca e ocuparem casas desabitadas, propriedade

privada dos "senhores" para quem sempre trabalharam e por quem sempre foram explorados.

Mas os trabalhadores conhecem agora já a sua força e não vão mais em conversa de burguesia.

O julgamento foi recusado e fez-se um julgamento popular que absolveu os ocupantes.

SUV's HISTORIAL

De 4 de Setembro a 9 de Novembro de 1975



4-9-75

Começa a circular nas Unidades do Norte o primeiro comunicado assinado pela sigla SUV contra o avanço da direita nos quartéis.

7-9-75

Conferência de Imprensa dos SUV do Norte, onde foi dado a conhecer a perspectiva de actualização e onde foi convocada uma manifestação na cidade do Porto para dia 10-9.

10-9-75

Soldados de 33 Unidades e Estabelecimentos militares das Regiões do Norte e Centro participam numa das mais grandiosas manifestações da cidade do Porto que foi

engrossada por dezenas de milhares de trabalhadores civis.

22-9-75

Conferência de Imprensa dos SUV em Lisboa, onde é divulgado o manifesto, é convocada uma manifestação para Lisboa, no dia 25 e onde é dada a conhecer a efectiva existência dos SUV, a nível nacional.

23-9-75

São presos na Trafaria um alferes e um primeiro-cabo da EPI de Mafra por terem em seu poder um comunicado dos SUV. Começa a gerar-se um movimento de solidariedade com esses camaradas presos, e os soldados da EPI divulgam um comunicado de repúdio por essas prisões, onde é já bem

frisada a luta de classes nos quartéis.

24-9-75

São conhecidos numerosos apoios à manifestação dos SUV para Lisboa. Os órgãos de Poder Popular começam também no Centro, a dar todo o seu apoio aos SUV, desde Secretariados de Assembleias Populares até Comissões de Moradores e Trabalhadores passando por Sindicatos; etc.

25-9-75

Manifestação dos SUV em Lisboa, reúne cerca de 100 mil pessoas, com cerca de 20 mil soldados.

São ocupados autocarros da Carris e libertos os dois camaradas

Continuação 6

LINDA-A-VELHA

Abaixamento das rendas

— 500\$00 por assoalhada



Seguindo o exemplo dos moradores de Setúbal, a população da Quinta dos Cedros em Linda-a-velha, organizou um processo de luta que, tendo começado pelo abaixamento das rendas se estende já a outros campos. A luta começou em Agosto, a partir de 5 lotes (cerca de casas) quando os inquilinos descobriram que todos eles pertenciam ao mesmo dono.

A partir daí, estava posto o problema da irracionalidade do sistema capitalista e do necessário ataque que os explorados têm que lhe fazer até ao seu derrube total. Assim, cada vez mais lotes se foram solidarizando e desde logo se acordou o abaixamento das rendas para 500\$00 por assoalhada, depositados na Caixa Geral de Depósitos em nome dos senhorios. Neste momento praticam isto já em 21 lotes. Cada lote tem um delegado eleito pelos seus moradores. O

conjunto dos delegados com os grupos de trabalho a vários níveis, (saúde, transportes, cultura e desportos, etc) constituem a Comissão de Moradores.

Porque se pensa que para mobilizar todos os trabalhadores do bairro há que apresentar-lhes motivos imediatos, a intervenção da Comissão não é já apenas no campo da habitação mas a outros níveis.

Concretamente há um projecto de uma cooperativa de farmácia e de um infantário popular.

Entretanto, depois de 3 meses de experiência, os moradores pensaram que os 500\$00 por assoalhada, sem qualquer outro critério, poderia abrir campo a oportunistas. Por quem têm contactos regulares, está a ser estudado um processo de percentagens, tendo em conta factores

como ordenado e número de pessoas da família.

É a partir de lutas como esta, que os moradores se organizam, que se organizam pessoas como as donas de casa, os trabalhadores dos serviços, os intelectuais e outros, para os quais poderia ser muito difícil e nalguns casos impossível o trabalho político revolucionário, o enquadramento na luta de massas.

É importante compreender que as conquistas imediatas são meios para se conseguir a organização mínima necessária para a tomada do poder. Porque as comissões de moradores só podem ser compreendidas como órgãos de futuro poder. E se não se puser assim o problema estão a condenar-se as comissões de Moradores ao fracasso. Está a condenar-se ao fracasso o processo revolucionário, a insurreição.

SUV's HISTORIAL

Continuação da pág. 5

presos na Trafaria. "Os SUV venceram, os SUV vencerão"

2-10-75

Sai um comunicado dos SUV onde são denunciadas manobras reaccionárias no Norte, e onde é afirmado mais uma vez que os soldados não virarão as suas armas contra os trabalhadores.

3-10-75

Conferência de Imprensa em Coimbra e anunciada uma manifestação nessa cidade para dia 9, e distribuído um comunicado-manifesto. Os soldados do RAM de Santa Margarida, reunidos em plenário, aprovam uma moção de apoio aos SUV.

4-10-75

Conferência de Imprensa em Évora. O Alentejo também já tem SUV's. É anunciada uma manifestação para Évora no dia 15.

Os praças da BA 1 (Sintra) aprovam numa reunião de praças, uma moção de apoio aos SUV.

6-10-75

Os SUV promovem uma manifestação no Porto com grande participação popular, de apoio à luta dos soldados do CICAP-RASP.

8-10-75

A ADU do RIA (Regimento de

Infantaria de Abrantes) aprovam uma proposta de apoio à manifestação dos SUV em Coimbra.

9-10-75

Algumas dezenas de milhar de trabalhadores, fardados ou não, manifestam-se em Coimbra sob a convocação dos SUV.

Sai um comunicado do Secretariado dos SUV de Castelo Branco referente à situação interna do RICB.

13-10-75

Através de um comunicado, é dado a conhecer à população a sua existência em Beja.

O capitão Fernandes (na clandestinidade por ter desviado armas para os trabalhadores) elabora uma carta aberta de apoio aos SUV.

Manifestação em Viana do Castelo, promovida pelos SUV e pela FUR, pelo avanço do Poder Popular.

14-10-75

Através de um comunicado, é dada a conhecer a existência dos SUV em Faro. Sai um comunicado da Região Militar de Lisboa com o título "os pontos nos ii,... nada de confusões" é demarcada posição dos SUV em relação à CDAP ou ARPE, dando inclusiv, a diferença das suas declarações de princípio.

15-10-75

Manifestação em Évora com apoio de inúmeros órgãos de Poder

Popular.

Manifestação em Vila Franca de Xira, pelo avanço da organização popular e pelo avanço da Reforma Agrária. Os SUV de Setúbal emitem um comunicado denunciando o "contra-ataque da oficialagem reaccionária" no DPM e manifestam-se a favor da organização popular de Setúbal.

19-10-75

Os SUV no Porto, dão uma nova Conferência de Imprensa para análise da situação do CICAP-RASP e denunciar mais uma vez as represálias que sobre militares se estão a verificar.

23-10-75

Começam as tentativas de divisão dos SUV. Uns auto-denominados de "núcleos SUV e pró-SUV" dão uma Conferência de Imprensa para apoiar uma manifestação Lisboa, visivelmente controlada pelo PCP. A isto, respondem os SUV das unidades a que outros disseram pertencer e o Sec. da RML, desmentindo categoricamente a existência de tais núcleos e a sua adesão a tal manifestação que consideram partidária.

24-10-75

É feita uma segunda Conferência de Imprensa em Lisboa, em que os SUV dão conta da situação e alargamento da organização dos soldados na Região Militar do Centro. É distribuído um

documento dirigido "ao Povo Trabalhador a todos os explorados e oprimidos", em que os SUV da PMC declaram que depois da grandiosamanifestação do dia 9 em Coimbra, continua a travar uma enorme luta para desenvolver e reforçar o movimento dos soldados e a sua organização através das Comissões de Soldados.

29-10-75

Grande manifestação no Entroncamento com apoio de comissões de moradores, trabalhadores das zonas do Entroncamento, Tomar e Torres Vedras e onde se destacou, pela primeira vez, uma delegação de soldados da Força Aérea. Grande manifestação no Porto convocada pela Comissão de Luta do CICAP-RASP com apoio dos SUV.

3-11-75

É distribuído um comunicado do Regimento de Cavalaria de Estremoz, onde é anunciada a formação de um núcleo SUV- na Unidade.

Sargentos da Força Aérea repudiam os SUV.

4-11-75

Os SUV da RML emitem um comunicado de apoio ao MPLA, que consideram "o seu único representante legítimo."

5-11-75

O Secretariado dos SUV da PML divulgam um comunicado a propósito dos núcleos SUV e Prò-SUV que acusa de oportunismo e partidarismo, acerca de uma nova convocação desses núcleos SUV e prò-SUV para uma manifestação em S. Sebastião da Pedreira, com o propósito de libertar um aspirante preso.

5-11-75

É distribuído um documento que dá a conhecer, a formação dos SUV na EPA (Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas).

9-11-75

Sai um comunicado, dos SUV da RML, contra o atentado bombista à Rádio Renascença, fazendo uma análise da situação político-militar e manifestando-se contra a desmobilização dos 3.º e 4.º turnos. A isso, eles respondem: "temos que reforçar a nossa organização autónoma dentro dos quartéis as COMISSÕES DE SOLDADOS" (...) "Temos que reforçar a nossa organização nacional, os SUV em todos os quartéis" (...) "o Secretariado Nacional dos SUV-RML apela aos camaradas SUV de todas as unidades, no sentido de se manterem vigilantes e mobilizados".

SETÚBAL

Comité de luta-habitação

No último número do nosso jornal, falamos acerca da última reunião do Comité de Luta, cuja importância foi grande pelas resoluções tomadas acerca do problema da habitação.

A habitação é um dos grandes problemas do nosso país, e que até esta data não viu qualquer solução. Os trabalhadores em todo o país avançaram com as ocupações de casas devolutas para assim porem ponto final à exploração de que são vítimas pelos senhorios.

Em Setúbal existem bairros de lata, nos quais habitam 800 famílias. Cerca de 2.000 famílias vivem em partes de casa e para cúmulo existem cerca de 3.000 apartamentos para alugar, mas cujas rendas são tão elevadas que se tornam inacessíveis para quem necessita delas.

Entre o 7 de Março (data de triste memória em Setúbal) 14 de Março ocuparam-se cerca de 1000 casas, tendo sido, neste momento, mais de metade legalizadas pela Câmara

Municipal.

O Comité de Luta nesta reunião definiu como um dos seus objectivos, as ocupações de casas, sobretudo dos apartamentos que estão para alugar.

Estas ocupações serão feitas de uma forma organizada e estarão sujeitas à proposta de renda-rendimento já aprovada anteriormente e que tem por base uma fórmula cujo resultado irá incidir sobre o rendimento do agregado familiar, e dará o valor da renda de casa.

PROPOSTA

Esta fórmula é a proposta anterior da Comissão Dinamizadora da luta dos inquilinos corrigida com o apoio de técnicos do Gabinete de Planeamento da Câmara de Setúbal e do Fundo de Fomento de Habitação.

Tem em conta:

Anos de idade do prédio, localização, número de assoalhadas, tipo de construção, número de pessoas do agregado familiar e rendimento.

Embora complicada esta fórmula é simples de entender; pedimos, pois, a todos os moradores que a leiam com atenção e a discutam

a) ANOS DE IDADE DO PRÉDIO

- de 5 anos — 1,2

5 a 10 anos — 1

10 a 20 anos — 0,6

+ de 20 anos — 0,4

b) LOCALIZAÇÃO

dentro da cidade — 1,2

fora da cidade — 1

c) Número de assoalhadas

1, 2, 3, 4, 5 etc - conforme o n.º de assoalhadas

d) TIPO DE CONSTRUÇÃO

luxo — 1,2

normal — 1

e) N.º DE PESSOAS DO AGREGADO FAMILIAR

1 a 2 — 1,5

3 — 1

4 — 0,93

5 — 0,72

6 — 0,52

7 — 0,46

8 — 0,40

9 — 0,36

10 — 0,31

11 — 0,28

12 — 0,26

f) RENDIMENTO

Inferior a 4.000\$00 — 2,4

entre 4 e 8 000\$00 — 3

entre 8 e 14 000\$00 — 3,3

entre 14 e 16 000\$00 — 3,9

entre 16 e 18 000\$00 — 4,2

entre 18 e 20 000\$00 — 4,5

+ que 20 000\$00 — 4,8

Fórmula = $axbxcxexf = \%$

Portanto se um trabalhador ocupar uma casa num prédio com mais de 5 anos, se esse prédio ficar fora da cidade, e se o número de assoalhadas for de 3, a construção for normal, o número de pessoas do agregado familiar for de 4, e o rendimento do agregado familiar for de 6 000\$00 a fórmula será igual $1 \times 1 \times 3 \times 1 \times 0,93 \times 3$ igual 6,79% — a renda a pagar pelo trabalhador será de 407\$40

OCUPAÇÃO DO TERRENO PARA HABITAÇÃO SOCIAL

Outra decisão desta reunião foi a ocupação imediata de um terreno existente para a habitação social.

O Grupo de Trabalho reunido em 31-10-75 aprova na generalidade a proposta do C.T. do A.C. Porpondo:

1) Ocupação imediata do Terreno da Qta. da Bela Vista, iniciando o A.C. as obras de infra-estruturas, sem concurso.

2) Que as empreitadas de construção dos edifícios seja entregue a Empresas Nacionaliza-

das, Cooperativas de Construção, ou pequenas e médias Empresas. Controladas pelos Trabalhadores com problema de emprego, sem concurso prévio, ficando a distribuição das empreitadas a cargo do Sindicato e do Comité de Luta.

3) Que o A.C. submeta imediatamente à aprovação do Comité de Luta, o plano de emprego para os próximos dois anos com a construção deste plano.

4) Que a equipa do PIS se encarregue do estudo de adaptação dos projectos ao terreno, incluindo, cotas de soleira, ligação aos esgotos etc. (128 fogos em 2-12-75)

5) Que as custas do empreen-

dimento sejam controlados pelo Comité de Luta e Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil.

Este terreno estava previsto para a construção de 3.000 fogos para habitação-social. No entanto verificava-se que a expropriação nunca

EUROFIL

Os resultados já do poder popular

Uma das principais empresas do mundo em transformação de matérias plásticas foi ocupada pelos trabalhadores em Fevereiro passado, tendo nessa altura sido expulso o patrão Francisco Quina.

Empresa ligada ao grupo Quina, desde o 25 de Abril de 1974, que os operários avançaram com formas de luta reivindicativa, até que chegaram à ocupação.

CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO E OUTRAS INICIATIVAS

Ao longo deste tempo, não foi só preocupação dos trabalhadores o aumento da produção, mas



COMITÉ DE LUTA

A LUTA PELO FIM DESTAS BARRACAS E POR UMA HABITAÇÃO DECENTE

mais saía e o prazo para utilização do subsídio concedido (800.000 contos) termina no fim deste ano.

Assim o Comité de luta decidiu ocupá-lo imediatamente e começaram logo as obras de construção.

Primeiro porque isto a não se efectuar, daria como consequência que os trabalhadores da construção civil desempregados, assim

continuariam e por outro lado o subsídio concedido reverteria novamente para as Finanças.

A quem serviria isto?

Com esta decisão, o problema de desemprego deixará de existir o subsídio passará para a mão do Comité - órgão de Poder Popular - que melhor que ninguém o saberá gerir.



É ESTA MISÉRIA QUE OS TRABALHADORES ABANDONAM E QUE OS LEVA A OCUPAR CASAS. ENTRETANTO A BURGUESIA LEVA-OS A TRIBUNAL...

Ao fim de todos estes meses de longas lutas travadas com os Ministérios (Economia, Finanças,

Trabalho) dos vários governos que tivemos, os trabalhadores conseguiram no mês de Outubro pagar os seus ordenados com o valor da sua produção, o que até agora só se tinha verificado através de financiamentos dos bancos.

também a politização de todos eles.

Um dos graves problemas com que eles se debatiam era o elevado número de analfabetos dentro da empresa. Daí que a ideia de uma

campanha de alfabetização dentro da empresa tenha tido tanto êxito. Assim, logo na primeira semana, se inscreveram cerca de 150 trabalhadores, que hoje aprendem a ler e a escrever.

Outras iniciativas a nível cultural se esperam, como seja a exibição de filmes revolucionários e a representação de peças de teatro.

Finalmente, a cultura passa para as fábricas, deixando de ser privilégio de minorias pequeno-burguesas intelectuais.

Uma outra iniciativa dos operários da EUROFIL, para fazer face à fome que poderia surgir a

manifesto mani

Contra a guerra civil -

1

Insurreição

Os dias que vivemos são dias de insurreição. A vinda massiva dos soldados para as ruas de cidades de todo o país, organizados através dos SUV, a resposta das massas e dos soldados à ocupação das rádios; a insubordinação geral nos quartéis; a organização dos soldados com as comissões de moradores; a resposta da cidade do Porto — soldados e trabalhadores — à dissolução do CICAP; são sinais bem vivos, que não deixam ilusões nem à direita nem à esquerda envergonhada. A insurreição não é um milagre que acontece um belo dia; é um movimento que vai crescendo em amplitude e organização e que ninguém pára até atingir o seu máximo com a tomada do poder. Esse movimento já começou os seus primeiros passos.

O momento em que o processo revolucionário português se encontra é já suficientemente esclarecedor para que o proletariado mais desenvolvido se aperceba que a situação económica, social e política levará a curto prazo ou ao fascismo ou à revolução socialista. No entanto, o atraso da organização do proletariado e dos revolucionários em relação à esta situação objectiva obriga a que se faça um grande esforço de discussão e de entendimento no sentido de corresponder, com urgência, ao avanço das próprias condições que nos rodeiam. E dizemos isto, embora consideremos que os trabalhadores portugueses tiveram desde o 25 de Abril um surto de organização que os conduziu a um estado em que talvez sejam os mais avançados do mundo... Mas o facto de todos os trabalhadores portugueses participarem em assembleias e votarem, o facto das mais pequenas empresas terem comissões de Trabalhadores o que significa portanto que estão minimamente organizados não quer dizer que haja uma coordenação e um entendimento generalizados a respeito da tática a seguir para a tomada do poder.

E se nos dias de crise o proletariado vem para a rua coordenado e afinado sobre os mesmos objectivos, nas horas de refluxo já o mesmo não sucede.

E se dizemos que o momento tem de ser de grande esforço para a organização, para a coordenação e para o entendimento sobre a tática, é porque pensamos que todos os dias são dias pra a insurreição. E porque pensamos que as condições objectivas não esperam pela organização; é porque pensamos que o confronto desencadear-se-á seja quais forem os avanços da organização do proletariado e dos revolucionários verificado a partir de agora. E há urgência em que os trabalhadores tomem o poder, porque o tempo que passa ajuda a degradar a situação do ponto de vista económico e social, tal como se degradou até aqui, arrastando para posições de direita homens e massas populares que poderiam estar do lado da revolução, se já se tivesse instalado um governo revolucionário com um programa revolucionário.

Por isso pensamos que o proletariado e os revolucionários têm de progredir urgentemente na organização, de modo a que o proletariado ao tomar o poder pela insurreição, esteja armado numa coordenação e numa definição tática que assegurem a solidez e a clareza do processo que se segue.

Por outro lado é necessário fazer com que as massas menos esclarecidas politicamente percebam que a revolução socialista é sempre um ganho para os oprimidos e que o que tem existido neste país não é já o socialismo mas sim um processo no qual, para além de passos neste sentido, se tem verificado uma intensa degradação económica favorecida e enquadrando-se na tática imperialista para Portugal.

Este caminho da insurreição é o único que pode evitar a guerra civil.

A burguesia pretende assustar a população com o espectro da guerra civil fazendo antever o dramático quadro dum país em que os trabalhadores combatem e matam trabalhadores e em que uma guerra mais ou menos prolongada leva ao caos e à desgraça, que entram devastadores pelas casas dentro.

E no entanto é essa mesma burguesia que tem feito tudo para conduzir à guerra civil, procurando lançar as populações no Norte contra as do Sul, confundindo massas exploradas, de modo a porem-se a cavalo no mal-estar das populações menos esclarecidas politicamente, para assim combaterem aquilo a que eles chamam "vanguardas". Têm também procurado tudo para porem os soldados contra os seus irmãos trabalhadores, mas aí têm deparado com a forte resistência dos soldados, que salta aos olhos de todos.

A social-democracia e a direita em geral lançam o espectro da guerra civil de cada vez que os trabalhadores e os revolucionários resistem às suas prepotências e às suas manobras, porque parecem achar que todos se deviam mostrar dóceis cordeiros face aos planos de exploração e de

entendalismo ao imperialismo. E no entanto são essas forças de direita que tudo têm feito para lançar "gente do Norte" contra aquilo a que eles chamam "a comuna de Lisboa" (mas o pior para eles é que a "comuna de Lisboa" já existe do Norte ao Sul...) que tudo têm feito para lançar os camponeses contra os operários.

Ao contrário de guerras civis do passado não se trata aqui de pôr dois exércitos de trabalhadores a servir duas facções da aristocracia ou da burguesia. O que a burguesia aqui tenta fazer é confundir uma parte da população trabalhadora fazendo-a assumir os interesses da classe burguesa e desse modo desencadear uma guerra contra o proletariado.

Mas contrariamente aos seus intentos a social-democracia e a direita em geral não dispõem de exército em Portugal. Se quiserem confrontar-se com o proletariado têm de recorrer a mercenários alojados em Espanha ou simplesmente a invasores da NATO ou dos E.U.A.

A prova evidente da fraqueza militar do actual poder é a forma como destruiu o emissor do Rádio Renascença. Confessadamente incapaz de fazer uma ocupação com soldados, tal como foi evidente na anterior ocupação das rádios, o poder viu-se obrigado, num acto de desespero, usar técnicas de sabotagem, próprias de qualquer organização clandestina de direita como o ELP. É esta fraqueza militar demonstrada pelo poder que nos faz dizer que se trata de qualquer coisa que paira sobre uma nuvem em cima de região militar inimiga. E também por esse motivo que a social-democracia e a direita ainda não desencadearam a guerra civil. Não têm forças para o fazer. E também aqui, tal como aconteceu no Vietnã ao governo de Saigão, terão que chamar forças estrangeiras se quiserem travar uma guerra contra os revolucionários, que são a própria população trabalhadora do país. E esta a "minoría" de que falamos. Só nos admiramos como é que, tendo eles a "maioria", necessitam de dinamitar o emissor da R.R., através de apenas dois especialistas, enganando o Conselho da Revolução e enganando as próprias tropas pára-quedistas que lhes serviram de guarda!

É esta fraqueza o motivo por que a direita não faz a guerra civil, com asquel entretanto vai assustando as populações menos politizadas.

Ao contrário da guerra civil o projecto da insurreição consiste na organização de massas trabalhadoras para a tomada do poder, impondo-a pela força. A força actual dos soldados, dos trabalhadores e dos militantes revolucionários tem de ser coordenada e unificada, de modo a consistir num enorme e poderoso movimento, que conduza, disciplinadamente o processo e o imponha à burguesia. Neste processo insurrecional, pela enorme adesão que existe nos soldados e pelo facto dos oficiais reaccionários não terem gente para comandar, o emprego da força será concertada muito mais no sentido da demonstração do que do uso. O processo insurrecional será exactamente a organização da força que já



Manifesto

a insurreição armada

existe, de modo a impor à burguesia o poder do proletariado. E é também desde já a construção do futuro poder no que diz respeito à própria esquerda, de modo a que tudo se encaminhe para o Poder Popular Armado e para a detenção das futuras estruturas nas mãos dos trabalhadores e não nas de pessoas ou partidos em seu nome.

A insurreição popular serve também para barrar o caminho às manobras de bastidores da social-democracia e dos reformistas, que tendem a perpetuar o poder da pequena burguesia.

Perante a actual situação de impasse dentro do poder político-militar surgem soluções de "salvação nacional" que propõem uma larga faixa de poder, que vai desde a ala esquerda do PS até ao PC, tentando fazer embarcar no projecto uma parte da FUR. Esta larga e "generosa" faixa de poder entra em vários projectos actuais que só diferem uns dos outros pela hegemonia ou liderança dada ao grupo ou partido promotor. Desde as propostas vindas de grupos de tecnocratas até à proposta pública do PC de formar um governo PS-PC-MFA, todas se caracterizam pelo ressuscitar disso a que se chama MFA, pelo facto de pretender por todos os meios manter a pequena burguesia no exercício do poder e pelo facto de... tramarem tudo isso nas costas daqueles em nome de quem não se cansa de falar — os trabalhadores. Em todos esses projectos está ausente o principal — a Revolução Socialista.

Mas os trabalhadores e os revolucionários têm de estar atentos para estas manobras, que, como "salvadoras" que pretendem ser, irão ao encontro dum sentimento de desespero que grassa a vários níveis. Esse desespero e essa revolta têm de transformar-se em força insurrecional e não em expectativa de qualquer "D. Sebastião".



2

Introdução

Em Portugal estão criadas condições para a insurreição que será necessariamente armada.

O avanço passo a passo da direita tanto sob a capa clandestina (ELP, MDLP, etc. etc.) como sob capa legal (o Governo e o Conselho da Revolução) levam à conclusão de que já não é possível a ruptura ao nível do poder político-militar, como teria sido possível há uns meses atrás. Os conselheiros progressistas e revolucionários do Conselho da Revolução como que pedem licença para existir nesse lugar e estão sujeitos aos maus-tratos da hegemonia social-democrata. Já não têm meios ao nível das estruturas estabelecidas do poder para impor medidas de esquerda. Esta via de actuação ao nível do poder irá pois de "passo-em passo até à derrota final" senão houver a construção de uma outra via que imponha pela força um poder revolucionário.

E perante esta conclusão duas hipóteses se põem à esquerda: ou um golpe militar ou uma insurreição. Pensamos que a hipótese do golpe militar, desde sempre acarinhada pelos sectores mais à esquerda do reformismo sairá derrotada a curto prazo e que a insurreição armada é a única possibilidade do triunfo da revolução socialista.

A ideia do golpe militar de esquerda nasce com certa facilidade da situação actual. Conhecendo a fidelidade de grande parte dos oficiais do Exército e da Marinha ao processo revolucionário e conhecendo também a posição que têm ao nível do Comando das unidades, fácil é pensar num esquema que se baseie na saída concertada dessas unidades, numa solução do tipo da do 25 de Abril. Essa hipótese esquece no entanto que os quartéis não são só oficiais mas também soldados, que já não são tão dóceis como os do 25 de Abril e esquece o papel fundamental das massas trabalhadoras armadas.

Ora o poder actual é fácil de derrubar e de substituir, o que não é fácil de aguentar e defender um novo poder revolucionário que se instale e que terá que se haver com todas as dificuldades duma situação económica, social, política e militar que não se resolve nem por milagre nem por encanto. Por isso é necessário envolver neste processo largas massas trabalhadoras, que não estarão presentes apenas para aplaudir e apoiar um golpe de oficiais mas para serem elas próprias os sujeitos desse processo, suficientemente autoras da tomada do poder para que este fique com órgãos representativos dos trabalhadores e para que na construção da fase que se segue às populações trabalhadoras se sintam envolvidas na resolução dos problemas económicos, sociais, políticos e militares. Se assim não for e se o golpe militar apenas substituir pessoas no apatelho de Estado, numa nova tentativa de dirigismo, a batalha será perdida a curto prazo, porque o novo poder não será capaz de resolver os difíceis problemas da produção económica, nem dos ataques da direita interna e externa.

Ao contrário disto a insurreição envolve largas massas trabalhadoras, e envolve os soldados, possibilitando assim que a tomada do poder seja já o início do processo de base que tornará possível a revolução socialista.

A insurreição é a movimentação concertada de três frentes: a dos quartéis, a dos trabalhadores armados e a dos militantes revolucionários.

A frente dos quartéis adquiriu uma enorme importância a partir do movimento do nascimento dos SUV. Como vanguarda organizada nos quartéis, os SUV são neste momento a direcção política capaz de actuar como tal durante o processo insurrecional, traduzindo o real sentir das massas de soldados e sendo capaz de avançar tacticamente de acordo



Militares do R. I. de Faro

Reforço de posições

depois dos acontecimentos

ocorridos na visita de P. de Azevedo

Os soldados do RIF continuam a sua justa luta contra as forças repressivas que pretendem perpetuar a sociedade de exploração capitalista e calar todas as vozes que contra ela se levantam e representam a vontade de um povo em luta pela sua emancipação e construção de uma sociedade sem classes.

Em face das atitudes repressivas tomadas pelo Comando da Região Militar do Sul, brigadeiro Pezarat e

do comandante interino do RIF, ten. coronel Caniné, durante a manifestação carnavalesca efectuada pelas forças contra-revolucionárias-fascistas perante Pinheiro de Azevedo aquando da visita deste a Faro, os soldados do RIF promoveram ligações com os soldados e marinheiros aquartelados no Algarve para decidirem das atitudes a tomar face à situação.

A conclusão do plenário consta do Comunicado seguinte:

Comunicado do regimento

COMUNICADO DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE FARO. Os militares desta Unidade reunidos em plenário no dia 6-11-75, com a presença de representantes do DEST-LAGOS e elementos da Armada aprovaram os seguintes pontos, já anteriormente aprovados por unanimidade em reunião geral de soldados:

1.º Os Soldados do RIF, como filhos do povo, repudiam todas as manobras divisionistas tendentes a desorganizarem-nos e reafirmam o total apoio às classes trabalhadoras e suas organizações unitárias de base em defesa das conquistas revolucionárias rumo ao socialismo.

2.º Condenam as atitudes repressivas do comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Pezarat Correia e do comandante interino deste Regimento, tenente coronel Caniné, contra os soldados presentes na alocução do 1.º Ministro Pinheiro de Azevedo em Faro, no dia 4-11-75, e manifestam o seu voto de desconfiança aos referidos militares.

3.º Total apoio e voto de confiança ao tenente coronel Rebelo de Sousa ex-comandante do RIF e capitão Arcanjo.

4.º Reestruturação da ADU.

5.º Exigem medidas superiores contra grupos de provocadores e conhecidos reacçãoários. Caso estas medidas não sejam urgentes e satisfatórias, os militares deste Regimento tomarão as medidas que julgarem adequadas, usando para isso toda a autoridade e meios ao seu alcance.

6.º Repudiar o bando de mercenários do AMI

(Agrupamento Militar de Intervenção) como força repressiva ao serviço da burguesia, destinada a reprimir a luta das classes trabalhadoras.

— EXIGEM A SUA DISSOLUÇÃO IMEDIATA!

7.º Apoio incondicional de todas as lutas dos Soldados e Marinheiros nas diversas Unidades — **EM FRENTE COM AS COMISSÕES DE SOLDADOS!** Liberdade imediata do aspirante Filipe de Oliveira, preso no Presídio Militar de Santarém, por se recusar a reprimir as massas trabalhadoras no Machico — Madeira.

8.º Repudiam a intervenção brutal das forças militarizadas "GNR e PSP", contra a justa luta dos trabalhadores do Ministério da Comunicação Social.

9.º Apela para a vigilância revolucionária dentro dos quartéis especialmente no grave momento político que atravessamos, em que as forças reacçãoárias tentam a todo o custo travar o avanço do processo revolucionário.

Entretanto os soldados prosseguem a sua organização de classe e elegeram comissões de soldados em Tavira, Faro e Lagos. Os marinheiros também elegem a sua comissão de marinheiros. A organização dos trabalhadores fardados prossegue e está criada a inter-comissões de soldados e marinheiros a nível de todo o Algarve.

— Em frente com as Comissões de Soldados e Marinheiros

— Em frente com os SUV

— Pela Revolução Socialista.



NOVIL

Trabalhadores em dificuldades

A NOVIL é uma empresa de produtos farmacêuticos. Possui laboratório e fábrica e tem cerca de 50 trabalhadores. O patrão era o dr. Pires Rodrigues. Foi para conhecer alguns passos da luta dos trabalhadores desta empresa que nos dirigimos às suas instalações. Falámos com um membro da comissão de gestão.

REV. — Qual era a situação concreta dos trabalhadores antes do 25 de Abril de 1974?

RESP. — Era má; além dos salários estipulados pelos contratos existentes (o que não correspondiam às nossas necessidades económicas e ao custo de vida de então), os trabalhadores recebiam esses mesmos salários em atraso. Portanto, havia meses em que o patrão não pagava aos trabalhadores. E isto porque se afastava da empresa durante meses consecutivos, deixando-a num total abandono — talvez até para não enfrentar as reivindicações dos trabalhadores. Além disso, aqui nesta empresa o patrão fez graves desvios de fundos.

REV. — Travaram então alguma luta contra esse estado de coisas?

RESP. — Em Fevereiro de 1974, por não haver salários nem subsídios, os trabalhadores fazem greve, exigindo o pagamento dos salários em atraso. O patrão, no entanto, consegue intimidar os trabalhadores.

REV. — Quais as medidas que tomaram após o 25 de Abril?

RESP. — Como desde há alguns anos se verificava uma gestão defeituosa, foi pedida uma sindicância à Inspeção-Geral de Finanças. Aqui detecta-se um vasto processo de irregularidades por parte da entidade patronal: desvio de capitais, má gestão, falta de assistência técnica às máquinas, etc. O caso é levado

então para o P.J. (actualmente o processo segue os seus termos). O patrão tenta exercer pressões (despedimentos) e os trabalhadores opõem-se reinstituindo uma trabalhadora despedida.

A 13 de Novembro o patrão decreta a falência, mas os trabalhadores ocupam as instalações, formando piquetes, evitando assim que a empresa fosse selada e o desemprego.

REV. — Quanto aos trabalhadores, estiveram sempre unidos? Foram obrigados a mover saneamentos?

RESP. — Nem sempre a união dos trabalhadores se verificou. No mês de Dezembro do ano passado, o patrão consegue aliciar cerca de 20 trabalhadores, contactando-nos pessoalmente e arastando-os com promessas vãs. Dá-se, pois, uma divisão entre os trabalhadores. Num plenário deliberou-se sanear os referidos trabalhadores, pois estes tomaram atitudes drásticas, indo contra a vontade da maioria e defendendo a todo o custo as posições do patrão. Houve, além destes, 5 trabalhadores que, depois de terem respondido a um inquérito, voltaram a trabalhar.

REV. — De que forma se reveste a vossa organização, actualmente?

RESP. — Há que fazer notar o seguinte: quando os trabalhadores ocuparam esta empresa, encontraram-na numa situação dramática: devido à má gestão anterior e ao desvio de capitais por parte do patrão, não existia fundo de maneio. Muitas máquinas encontravam-se avariadas (desde há muito tempo) por falta de assistência técnica. Não tivemos também qualquer auxílio bancário.

A pouco e pouco, os trabalhadores têm vindo a pôr fim aquela situação. Actualmente temos uma co-

missão de trabalhadores (eleita em plenário), e uma comissão de gestão (nomeada).

Como já não há patrão, nem a empresa é nacionalizada, somos cessionários, quer dizer, a cessão de exploração é responsabilizadora de toda a gente. Somos, pois, responsáveis tanto sob o ponto de vista económico (não deixaremos que haja desvios, evitaremos o percer ou o adulterar da fábrica, etc) como sob o ponto de vista social interno (somos responsáveis e fazemos os regulamentos do pessoal).

REV. — Como reagiu o patrão, depois da ocupação da fábrica?

RESP. — A ocupação da fábrica foi motivada pela tentativa do patrão — declarar o estado de falência, recorrendo para o tribunal da Relação —. Os trabalhadores recorrem ao Supremo. O patrão finge ignorar este recurso, submete o caso para outro tribunal e é aí que ele tenta desalojar os trabalhadores, juntamente com o filho e mais 3 ou 4 antigos empregados.

Quando desta tentativa de reocupação estiveram a Polícia e a PM. Apenas a PM o tirou daqui, levando-o para prestar declarações.

Quais são as vossas perspectivas de luta?

RESP. — No que respeita à produção, pois de imediato trabalharemos para que ela seja maior e possa abastecer o mercado com regularidade. Tentamos também, além de conservar os postos de trabalho já existentes, criar novos postos de trabalho. Todavia, estamos dependentes da decisão do Supremo, no que respeita ao nosso litígio com o patrão.

Politicamente, pensamos que é a solidariedade activa e a unidade com os outros trabalhadores que o nosso caso, em particular, e o processo, em geral, serão resolvidos. Aliás, tivémos - durante a nossa luta - apoio doutras comissões de trabalhadores.



AZAMBUJA:

Trabalhadores contra trabalhadores ou a história de uma ocupação

No passado dia 25 de Outubro, um sábado, pela manhãzinha, os trabalhadores da Cooperativa da Marquesa, ocuparam as terras da Bafôa e da Queijeira. A Marquesa, a Bafôa e a Queijeira, encostadas umas às outras, são terras da região da Azambuja.

A Marquesa era propriedade do duque de Lafões, (um parasita implicado no 11 de Março e que fugiu para Paris) e já há alguns meses que tinha sido ocupada.

A Marquesa, devido às suas pequenas dimensões (cerca de 40 hectares) e a qualidade do terreno (sequeiro) não tinha possibilidade de conseguir o auxílio desejado, o que solicitou do Centro de Reforma Agrária.

O IRA, pressionado pelos anseios dos trabalhadores da Marquesa, aconselhou-os a ocuparem mais terras, para assim conseguirem as dimensões mínimas de exploração que possibilitassem o auxílio do Estado.

Brasileiros, Uruguaios e outros estrangeiros que estavam refugiados no Chile.

Outro dos cavalos de batalha da Imprensa burguesa, foi o facto de alguns dos ocupantes estarem armados.

Como iriam os trabalhadores rurais organizar a sua autodefesa, se eles são atacados impunemente pelos latifundiários?

Apenas uma amostra! Nos últimos dias, só no Alentejo, verificaram-se, entre outros, os seguintes ataques aos trabalhadores: MONFORTE — Um tiro sobre um grupo de trabalhadores. Não se soube quem atirou. Seis carrosses, de noite, dão voltas à zona, com caçadeiras, disparando para intimidar os trabalhadores.

MONTE DE CURVO — O rendeiro e a família, com armas, roubaram todo o gado.

HERDADES ESPADA E SEGÓVIA — Pela noite foram disparados tiros sobre as portas das casas dos trabalhadores.

FREGUESIA DE FREIXO — No mercado, um trabalhador é atacado e ferido.

PORTALEGRE Ataques armados contra trabalhadores.

BARRANCOS — Dois indivíduos atacaram com armas uma herdade ocupada.

É claro que destes casos, o "Luta" e o "Jornal Novo" não sabem! Mas voltemos à ocupação.

OS TRABALHADORES NÃO DESISTEM

Entretanto, os trabalhadores da Marquesa decidiram que a ocupação se mantinha.

Assim, na terça-feira seguinte, cerca das 10 horas da manhã, avançaram novamente para a Bafôa e Queijeira.

O funcionário do Centro de Reforma Agrária, solicitado pelos trabalhadores da Cooperativa da Marquesa, telefonou à Escola Prática, pelas 9 horas, a dizer que a ocupação era legal e pedindo apoio para ela. É claro que da Escola Prática ninguém apareceu.

Entretanto, os trabalhadores, em discussão com as mulheres que trabalhavam na apanha do tomate, conseguiram finalmente o seu apoio à ocupação.

Durante o dia de terça-feira, houve muitas tentativas de provocação, a que os trabalhadores nunca responderam.

Ao fim da tarde, os agrários da região conseguiram mobilizar cerca de 600 pessoas, em grande parte operários e camponeses, que, concentrando-se junto do caminho de ferro, se dirigiram às terras ocupadas.

Os trabalhadores da Marquesa, foram agredidos e tiveram de abandonar a Bafôa e a Queijeira. Mais tarde apareceu uma força da

Escola Prática de Cavalaria de Santarém, que foi à Marquesa, em atitude de intimidação para com os camponeses.

As lições de uma ocupação

Há, sem dúvida, que fazer uma análise profunda do processo de ocupação da Bafôa e da Queijeira.

Uma das interrogações que primeiro nos surgem é resultante do pouco contacto que houve entre as diferentes Cooperativas já existentes, no sentido de ser dado por todas, um apoio efectivo à ocupação que a Cooperativa da Marquesa ia levar a cabo.

Outra interrogação, é resultado do confronto que houve entre trabalhadores. Porque é que os trabalhadores que andavam na apanha do tomate? Em contacto com um trabalhador foi-nos dito que o contacto não foi feito porque havia o medo de que alguém avisasse os patrões, e estes tivessem tempo para roubar o gado (cerca de 200 cabeças) e as alfaías que havia nas herdades.

Sem dúvida que o patrão iria fazer algo, tal como foi feito em

tantos outros lados, no sentido de criar o maior número possível de problemas aos trabalhadores.

Os trabalhadores da Marquesa pensaram que seria preferível fazer a ocupação primeiro, contactando os outros trabalhadores depois. Sem dúvida que apresentam argumentos muito fortes. Todavia, talvez fosse preferível arriscar os contactos com os outros trabalhadores, no sentido de os conquistar para as ocupações.

Os trabalhadores da Marquesa continuam a considerar a Bafôa e a Queijeira como ocupadas. Por outro lado, os trabalhadores da Marquesa têm feito um grande esforço no sentido de conseguir o apoio de outros trabalhadores. Talvez tenham a muito curto prazo de tempo uma solução do problema que signifique uma total vitória para todos os trabalhadores.

A ocupação

Foi assim que em assembleia, os trabalhadores da Cooperativa da Marquesa decidiram ocupar a Bafôa e a Queijeira.

A Bafôa são cerca de 200 hectares de terra de regadio; a Queijeira, bem mais pequena, há já muitos, muitos anos que não era cultivada.

A Bafôa, tal como a Marquesa é "propriedade" do duque de Lafões, foi por este arrendada por 800 contos à fábrica de concentrado de tomate SUGAL.

Foi assim que, como atrás se referiu, no dia 25, de manhã cedo, cerca de 20 trabalhadores da Marquesa, ocuparam a Bafôa e a Queijeira.

Os trabalhadores da Marquesa tinham previamente feito alguns contactos com outras Cooperativas no sentido de conseguirem a sua solidariedade.

Os trabalhadores ocupantes entraram também em contacto, pelas 7 da manhã, com o COPCON, no Alto do Duque.

Cerca das 9 horas, chegaram à Bafôa as primeiras mulheres que vinham para a apanha do tomate. Estas mulheres e o tractorista que as conduzia, imediatamente entraram em diálogo com os ocupantes, mostrando um grande interesse pela ocupação.

Mais tarde, chegaram mais dois tractores com mulheres. Estas e os tractoristas, ao contrário das primeiras, mostraram-se bastante

hostis aos trabalhadores ocupantes.

Entretanto chegou também um Land-Rover e um Dois-Cavalo, com o patrão e com uns cartazes, que provocaram os trabalhadores da Marquesa.

Os trabalhadores da Marquesa decidiram então ir à Base Aérea da Ota para pedirem apoio. Na Ota foram recebidos pelo capitão Ribeiro, da equipa de dinamização, que estava de oficial de dia. Este capitão da Dinamização (mas que raio de dinamização é que um oficial como este fará?!), reteve os trabalhadores uma data de horas sem tentar resolver problema algum, tentando mesmo dissuadi-los da ocupação.

Entretanto os trabalhadores que foram à Ota, tinham advertido o capitão Ribeiro de que era necessário tomar medidas antes do meio-dia, pois a essa hora, as mulheres que andavam na apanha do tomate despegariam do trabalho e havia o perigo de haver confronto de trabalhadores com trabalhadores.

Já bem depois de uma hora, o capitão informou os trabalhadores de que estavam a passar-se problemas graves na Bafôa. Os trabalhadores abandonaram a Ota e dirigiram-se às terras ocupadas, onde já não encontraram ninguém, pois os ocupantes tinham sido presos por forças da Escola Prática de Cavalaria de Santarém.

Campanha da Imprensa

Nos dias seguintes, alguns jornais, com especial relevo para o "Jornal Novo" do senhor Portela Filho e o "Luta" do senhor Raul Rego, em grandes títulos, noticiavam a ocupação de terras no Ribatejo, promovida por "revolucionários de fim-de-semana" e estrangeiros.

Os bandalhos que redigiram os artigos sobre a ocupação, no "Jornal Novo" e no "Luta", têm

objectivos muito concretos, quando pretendem orientar a opinião pública contra os revolucionários estrangeiros (eram 2) que colaboraram na ocupação. Estes bandalhos fazem-nos lembrar a campanha histórica que foi organizada no Chile, pelos fascistas de Pinochet, campanha essa que tinha por fim fazer crer que a luta de classes do Chile era produto da acção criminosa dos Bolshvianos,





CAMARADAS,

Esta é uma possível contribuição de um simpatizante do PRP para o vosso jornal — "REVOLUÇÃO":

— Organização autónoma dos soldados nos quartéis — factor importante na formação da consciência de classe que fará a Revolução Socialista.

Se o 25 de Abril foi idealizado, programado e executado por oficiais do quadro permanente e complementar pertencentes na sua grande maioria às classes da pequena e média burguesia, muito natural é que toda a estrutura "democrática" emanada dos órgãos superiores das FA para que nos diversos quartéis do país se comesçassem a utilizar processos de funcionamento das mesmas em novos moldes, moldes "democráticos", tivessem estas directrizes fracassado em muitos dos quartéis, mesmo naqueles em que as executaram à letra. As razões da pouca democraticidade que reinou e ainda reina dentro das unidades militares (há excepções!) de uma maneira geral devem-se a que as directrizes para o funcionamento das DU's e GDU's (Assembleias de Delegados de Unidade e Gabinetes de Dinamização de Unidades, respectivamente), assim como a tal disciplina revolucionária, consentida, etc., apareceram vindas dos gabinetes dos Estados-Maiores e não nasceram da luta quotidiana nos quartéis que em última análise é o

Carta de um camarada

Sobre a Organização nos quartéis

resultado da luta de classes dentro dos mesmos. Se por um lado há possibilidade de à mesma mesa nas ADU's, terem assento delegados das diversas classes (soldados sargentos e oficiais) em número proporcional ao seu efectivo total na unidade, existem em contrapartida condicionantes que pesam a favor da oficialagem do Q.P. Além dessas assembleias terem apenas funções informativas e consultivas junto do comandante, que é no fundo quem delibera, e já sem falar nas Assembleias do MFA dos vários ramos das FA's, da Assembleia de Delegados do MFA e do C.S.R., em que praticamente é nula a representação das praças, além de tudo isto, portanto, a princípio era notória a falta de organização e interesse dos próprios delegados das praças (para não falar doutras classes de milicianos!), que muitas vezes não compareciam todos nas reuniões, e no caso particular da unidade militar em que estou a basear-me, apenas um ou outro se destacavam na luta ideológica à mesa das conversações. Se pensarmos um pouco, fácil se torna ver que as razões da falta de interesse e organização de muitos camaradas soldados com responsabilidades revolucionárias, eram e são, além dos de aspecto cultural, a maior dificuldade que estes tinham de se reunir todos, porque são muitos, enquanto os oficiais facilmente se reúnem no bar à hora do café ou até em casa uns dos outros já que em muitos casos formam pequenos clãs estabelecidos junto da unidade com as respectivas famílias. Além disso os militares do quadro permanente permanecem normalmente muito mais tempo na mesma unidade, ao passo que a constante saída e entrada de novos militares do quadro complementar provoca nestes grande desmobilização. Há ainda muitos casos em que, pela quantidade de pessoal numa unidade militar e facilidades que numa altura crítica de indefinição em todos os campos inclusive no da disciplina revolucionária, que para ser aplicada necessita de fundamento real num poder popular de facto, estes dois factores resultam também na desmobilização do soldado e ainda mais no furriel e no oficial miliciano, que se vêm com escalas de serviços muito folgadas e oportunidades facilitadas pelo comando de se "desenfiar" e ir para casa, muitas vezes trabalhar, só permanecendo então no quartel quando se encontra de serviço. Tudo isto não só afasta o militar potencialmente

activo dos problemas gerais e particulares da unidade, como o afasta portanto da possibilidade de desenvolver alguma actividade política, sentindo-se por outro lado solicitado por problemas não menos concretos de sustento da família, por exemplo.

Existem ainda mais factores que contribuem para que as ADU's, nas unidades em que funcionavam não tenham contribuído para o saneamento dos militares que para tal foram propostos, condições de alojamento e alimentação melhorarem, etc. Mas o fundamental nisto tudo é que esses órgãos de funcionamento "democrático" duma unidade, não eram nem nunca serão definitivamente um instrumento através do qual os soldados esmaguem a mínima tentativa de hegemonia do oficialato, o qual, na sua maioria, perderá privilégios se vier a ser instaurado o poder popular através duma ditadura do proletariado e respectivas FA's populares.



Contudo, e entretanto, todas essas directivas para a formação de ADU's e GDU's nas unidades do país, tiveram um papel positivo na educação revolucionária dos soldados, dando-lhes consciência da necessidade de se organizarem autonomamente, além de ficarem a conhecer com certa intimidade (às vezes prejudicial à classe!) muitos dos graduados que apenas conheciam de ouvir a dar vozes de comando na parada ou em assuntos de carácter técnico durante a instrução. Além dessa consciência ganha na experiência das ADU's os soldados verificaram a ineficácia destes órgãos para resolver até os próprios problemas de competência exclusiva da unidade.

Além da experiência da ineficácia das ADU's, mais dois factores devem ter contribuído para que hoje se verifique uma mobilização organizativa

autónoma de praças a nível nacional. Primeiro trata-se de os recrutas englobarem agora todas as classes, havendo assim a possibilidade de muitos militares mais esclarecidos e até com experiência política ajudarem os menos esclarecidos e que muitas vezes consideram o tempo de serviço militar obrigatório, um período a passar o mais depressa possível e sempre mortinhos que chegue o fim-de-semana. Além deste factor existe um outro muito importante e que assenta no facto de, desde o 25 de Abril de 1974, muitos dos nossos actuais recrutas terem ganho experiência política e até feito uma opção de classe... e até escolhido um partido!

Por outro lado, também, o proclamado recrutamento regional, que colocava os militares perto da área ou na própria área da sua residência civil, parece que ficou no papel e ainda bem, porque doutro modo muitos dos "revolucionários" do Rossio e do

Creio ser um facto estar-se hoje a verificar a nível de praças, uma movimentação generalizada anárquica e portanto inconsciente, mas pelo contrário, demonstra uma grande disciplina revolucionária, quanto mais não seja, por sistematicamente, no Porto, em Lisboa, em Coimbra, em Beja, em Évora, em Setúbal, etc., se terem vindo a organizar manifestações absolutamente disciplinadas e ordeiras, nas quais participaram órgãos de Poder Popular trabalhadores, em geral e a ajuda de partidos políticos, evidentemente. O caso específico e eloquente do CICAP-RASP, pela capacidade de mobilização e resposta às investidas civis e militares, assim como a formação no interior do RASP, duma Comissão de Luta, que coordena todo o trabalho revolucionário, mesmo nas mais difíceis situações em que acontecimentos graves se sucedem e em que toda a estrutura de

Marquês não teriam oportunidade de conhecer de perto e viver os meios rurais do Nordeste e das Boiras e talvez aí deixar as suas sementeiras...

Assim se explica que o simples cidadão pegue num jornal do dia 15-10-75, por exemplo, e leia vários títulos assim; — "Veloso continua — a luta também; CICAP-RASP. História — Treze dias que abalaram o Porto; Reunião conjunta ADU's e A.D.F.A. — exigida a reabertura da Rádio Renascença; As 19 horas em Évora — os SUV manifestaram-se pela disciplina revolucionária; soldados organizaram-se contra a repressão; Praças da Força Aérea; Beja — Soldados vão ao Campo aprender pela prática; Em Setúbal amanhã — Trabalhadores e soldados descem à rua; O apoio popular determinante na evolução da luta do CICAP"

funcionamento tradicional duma unidade militar tem que se modificar, começando aí também a transformação importante das relações entre soldados, sargentos e oficiais. E precisamente nessa prática quotidiana, ganha em condições difíceis de luta ao lado das classes mais desfavorecidas e na sua consolidação e aperfeiçoamento democrático dentro dos quartéis poderão vir a servir realmente a classe mais desfavorecida num quartel — os soldados.

A disciplina ganha-se na consciência que os militares vão adquirindo durante o esforço na luta ao lado das classes trabalhadoras contra a disciplina militarista dos que juntamente com autoridades civis, utilizam ainda a única disciplina que conhecem — a que sempre serviu os da sua classe. saudações revolucionárias

AO MPLA

AO CAMARADA PRESIDENTE

AGOSTINHO NETO

Camaradas

O povo angolano vence hoje, 11 de Novembro, mais uma etapa decisiva na sua luta de libertação, conquistando a independência sob a direcção do MPLA. Combatendo nomeadamente, a partir de 1961, obrigado a ver reconhecido o direito à independência em Julho de 74; conseguindo agora, de armas na mão, ver consagrada a soberania através de um governo MPLA, o povo deste país prossegue na trajectória imparável que o levará amanhã a banir da sua terra todo e qualquer vestígio do colonialismo, toda e qualquer amarra ao Imperialismo que, ainda agora, tenta desesperadamente subjugar-lo.

Como partido revolucionário que deve praticar consequentemente o internacionalismo proletário, o PRP-BR é desde o momento da sua constituição (e já antes mesmo, como BR) inteiramente solidário com o único movimento angolano que traduzia os anseios dos trabalhadores explorados de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e isso o exprimimos por múltiplas formas e em diversos momentos. Na saudação calorosa que vos transmitimos, neste momento de inegável avanço político do processo angolano, vai a reafirmação desse propósito duma luta comum contra o Imperialismo em todas as suas frentes.

Camaradas,

É nossa convicção, resultante da análise que fazemos da realidade portuguesa, que essa frente de combate passe pela denúncia do Governo Português, como instrumento do capitalismo mundial, logo do neo-colonialismo e sua consequente substituição por um Governo Revolucionário, voltado para a real emancipação dos trabalhadores do nosso país. Estivesse essa opção feita, não assistíamos ao espectáculo revoltante dum governo que não é capaz de se insurgir, contra a clara invasão de tropas estrangeiras ou mercenários nos territórios de Angola e Timor (casos de África do Sul, do Zaire, da Indonésia, do ELP). Houvesse em Portugal um Governo progressista, o MPLA teria sido já reconhecido como vanguarda legítima do povo angolano e ter-se-ia evitado a criminosa agudização do conflito militar.

Mas assim como o governo fascista com toda a violência colonialista não lesou o entendimento entre os combatentes de ambos os nossos povos, assim o povo de Angola, politicamente amadurecido por anos de luta saberá distinguir entre um governo tão descaradamente juguete do imperialismo americano e os trabalhadores portugueses, pugnando pelo seu derrube, e que lutam pelo mesmo objectivo que o angolano, o fim da exploração do homem pelo homem. Cá, como lá, o imperialismo estremece ao ver crescerem as estruturas de um Poder Popular, ao pressentir a força irresistível duma organização de massas que varrerá toda e qualquer hipótese de domínio burguês numa sociedade em formação. Cá, como lá, o Imperialismo ameaçará, manobrá, tentará dividir mas acabará derrotado.

O PRP (cujas BR regressam à clandestinidade por defesa e ataque, à radicalização, à direita, do governo português) declara que contribuirá, entusiasticamente, para abrir novos caminhos à amizade e cooperação entre os revolucionários de ambos os países.

Vimos pisar a terra libertada de Angola para renovar o nosso estímulo de confiança na capacidade de luta do povo trabalhador de Angola sob a direcção política do MPLA, cuja vitória é certa.

A LUTA CONTINUA

MPLA, VITÓRIA É CERTA

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Lisboa, 11 de Novembro de 1975.



Desvio do avião que ia para Luanda

O avião que partiu de Lisboa com destino a Luanda no dia 10 de Novembro foi desviado pelo Governo Português.

Este avião transportava as delegações do PRP, do MDP, da LUAR, o vice-Presidente da Roménia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma delegação do PSU francês, o jornalista do "UNITÁ" (PC italiano), a Comissão Mundial da Paz e vários militantes do MPLA.

O avião partiu de Lisboa às 18,30 e por volta das 24 horas, quando já tinham sobrevoado Cabinda, os passageiros foram surpreendidos pelo início da projecção dum filme, enquanto até aí tinha sido dito que "não havia cinema". Filme "musical" da Metro Gold-ewin Mayer que no entanto não adormeceu totalmente os passageiros que a certa altura se deram conta de que se passava algo de anormal... Passou então a constatar que o avião estava lá meia hora a caminho de Lisboa de novo, tendo feito uma volta de 180°.

Motivos declarados: "O aeroporto de Luanda estava a ser bombardeado". Perante a pergunta posta, de quem é que partira a informação vinham respostas diferentes, como seja: a Força Aérea, a Direcção-Geral de Transportes, etc. Reclamaram então que o avião pousasse num outro país africano, para aí confirmarem as informações. Foi dito que era impossível.

Curiosamente o avião teve gasolina para andar 12 horas no ar... A chegada de novo ao aeroporto de Lisboa às 5,30h da manhã, os passageiros pediram todas as explicações da administração dos TAP, que não apareceu no aeroporto. As 10,30H ainda não tinha aparecido, mas entretanto aparecera o delegado das relações públicas, que explicou que na véspera, às 23h tinham recebido uma comunicação do Ministro dos Transportes (PS), Walter Rosa, dizendo que o aeroporto de Luanda estava a ser bombardeado e que era necessário que o avião voltasse.

O Ministro explicou mais tarde na TV que a decisão tinha sido tomada em Conselho de Ministros. E quanto à possibilidade de telefonar para Luanda e confirmar as informações, as comunicações telefónicas são difíceis... Esqueceu-se que o Rádio Clube Português e a Emissora Nacional estavam em comunicação directa com Luanda.

Este foi um escandaloso acto de pirataria aérea praticado por este governo para impedir as delegações de comemorarem a Independência de Angola.

Só um Governo fraco sob o ponto de vista militar pratica actos de terrorismo como a bomba no R.R. e este desvio da carreira LISBOA—LUANDA. A sua fraqueza fica largamente demonstrada.

DELEGAÇÃO DO PRP

CARLOS ANTUNES — MEMBRO DO SECRETARIADO POLÍTICO DO PRP

RUI DE OLIVEIRA — ENCARREGADO DO SECTOR ESTRANGEIROS DO PRP

MIGUEL OLIVEIRA — REDACTOR DO "REVOLUÇÃO" (o nosso correspondente para as cerimónias em Luanda) E JORNALISTA DO "REPÚBLICA" POR PROFISSÃO

VIVA ANGOLA INDEPENDENTE

manifesto

2

Continuação da pág. 9

com a situação, como o têm feito nas várias vezes em que os soldados vieram para a rua. Como base das F. A., os soldados são neste momento donos do processo que aí se desenrola, como são donos das armas que aí existem. É com eles que os oficiais revolucionários se têm que organizar.

Os soldados têm que se conjugar com um outro exército a construir rapidamente: o dos trabalhadores armados. Só o armamento dos trabalhadores garantirá que o poder é tomado por eles e não em nome deles. Não há poder sem armas, não há poder sem força — é uma conclusão a que todas as classes chegaram ao longo da história. É urgente portanto o armamento dos trabalhadores e sem ele a insurreição não é possível. Desde já os trabalhadores das grandes empresas, das rádios, dos jornais progressistas têm de se armar. E o armamento generalizado será a garantia da revolução socialista.

Ao contrário do que muitos afirmam este armamento não é anárquico nem indiscriminado. Mais uma vez serão as assembleias a determinar como é que ele se faz e cada homem ou mulher tem de ficar responsável pela sua arma, tendo que responder por ela. Por outro lado a coordenação, a direcção comum e a obediência a um comando em caso de movimentação militar são obrigatórias.

A terceira frente de combate na insurreição é a dos militantes revolucionários armados. Em relação a este aspecto voltamos a dizer: não estamos perante revolucionários se estes não puserem o problema da violência e se não o resolverem numa forma concreta. Se a análise da história e da nossa situação concreta nos leva a chegar à conclusão que só toma o poder quem tiver a força, os revolucionários devem pôr desde o princípio, desde que se organizam, o problema da organização dessa força, ou seja o problema do emprego da violência. Não há organizações revolucionárias desarmadas. Se uma organização se intitula vanguarda e não se prepara para o emprego da força é porque, efectivamente, não põe o problema da tomada do poder, por muito que fale nisso. Essas organizações não passam de organizações reformistas, que se demitem realmente da revolução.

Para o PRP o problema da organização armada e do emprego da violência foi desde o início uma das suas razões de existência, contrariando as organizações reformistas de diversas tendências, que tentam organizar os trabalhadores sem lhes dar, a par da teoria revolucionária, outro instrumento igualmente importante que é a organização para o emprego da força. E em relação a isso também dizemos: a teoria "revolucionária" que não é acompanhada da organização para o derrube violento da burguesia é uma teoria balofa, que cheira a bíblia, a santuário, que não é marxista. Todo o trabalho de organização nas fábricas, nos bairros, nos campos, tem de ser acompanhado dum trabalho de organização armada. Cada militante tem de ser um soldado do exército revolucionário e tem de estar enquadrado militarmente.

E da conjugação das acções desencadeadas pelos soldados nos quartéis, pelos trabalhadores armados e pelos militantes revolucionários, que tem de nascer um movimento que ninguém possa parar até à tomada do poder. É a insurreição.

Só este movimento pode garantir que o novo poder que se forma é um poder de base. Porque poder é força. E a força não se tem por delegações noutras.

Mas para que estas várias frentes se conjuguem no sentido da insurreição é necessário que haja coordenação das várias acções. Para tal é importante toda a coordenação que desde já se der entre os órgãos de poder popular, os quartéis e os militantes revolucionários — essa coordenação é imprescindível para a insurreição. Mas é necessário que

haja também unificação, estabelecendo-se uma tática e uma estratégia comum; nesse aspecto os militantes revolucionários, como vanguarda, têm um papel importantíssimo, dentro da medida em que podem fazer a análise da situação e avançar uma tática a seguir, clarificando os objectivos.

Mas a coordenação e a unificação não chegam, se não houver uma direcção capaz de ver o processo no seu conjunto e de estabelecer um caminho, com os seus avanços e os seus recuos. A constituição dessa direcção político-militar é urgente e sem ela não há insurreição vitoriosa.

A insurreição vitoriosa estabelecerá um poder revolucionário para executar um programa revolucionário. Esse poder não será ainda inteiramente o poder dos trabalhadores e quem o disser mente, porque não é dum dia para o outro que se formam órgãos de poder, eleitos a partir da base, para o exercício legislativo e executivo. Mas tem de ser um poder de transição que contenha logo em si próprio representação dos órgãos de poder popular já existentes e que garanta, como compromisso formal, a constituição da Assembleia Popular Nacional e a substituição o mais rápida possível de todos os órgãos de poder transitórios por órgãos de poder de base.

E quem, a esse poder de transição, estiver agarrado, o povo, que tem as armas, que o ponha de lá para fora! É a essa garantia que nos dá o Poder Popular Armado que muitos "progressistas" procuram fugir. Se o V Governo tivesse armado os trabalhadores de certeza que não haveria este VI Governo. Mas o V Governo tal como era nunca o poderia ter feito.

Dizem alguns que esta insurreição será obra de minorias. E nós dizemos que as massas que pegarão em armas para a tomada do poder, por muitos milhares e milhares que sejam, são sempre minorias em relação aos trabalhadores em geral. É verdade, como foi verdade em relação a todos os momentos na história em que uma classe foi retirada do poder e substituída por outra. É sempre uma vanguarda que reúne as condições para assumir e mesmo para entender a acção da tomada do poder. O resto dessa mesma classe fica na sua vida quotidiana, com maior ou menor compreensão, com maior ou menor perturbação.

É verdade que há largas massas de explorados que não percebem o que têm a ganhar com a Revolução Socialista. Há principalmente os pequenos camponeses do Centro e Norte do país, em grande parte analfabetos, oprimidos ideologicamente, e que da vida apenas conhecem e percebem os factos concretos e não as palavras. A sua não compreensão da linguagem política das cidades tem defendido essa população das imposturas dos diversos opressores que se seguem no poder central. Os pequenos camponeses apenas percebem, e nisso reside na sua defesa secular, o preço dos adubos, o valor das apanhas e das colheitas, a possibilidade de as vender. Têm todo um rendimento pequeníssimo. Perante esta realidade, que tem durado gerações e gerações, é justo que sejam desconfiados. Não têm razão nenhuma para acreditarem em palavras. Tem de ser a própria realidade a mostrar pelas coisas concretas, que eles têm a ganhar com a Revolução. É por eles também que a vanguarda toma o poder.

É por isso que falar em minorias e maiorias é uma forma de tentar enganar o problema. Mas se a burguesia está tão preocupada com as minorias e as maiorias dos trabalhadores, nós dizemos: é a maioria dos burgueses que vem defender a classe para a rua, ou muito simplesmente a dita classe fica em casa e paga a uns quantos e bem treinados mercenários para defender? A questão das minorias e das maiorias é uma hipocrisia social-democrata que procura ir ao encontro dos sentimentos de certas camadas da pequena burguesia que sabem que vão perder privilégios.



HOMENS E MULHERES

Continuação da pág. 2

que o grande número de mulheres que tem estado à cabeça das lutas das comissões de moradores atesta bem da sua capacidade política, apesar das limitações da sociedade, que incidem sobretudo sobre a classe proletária, a grande interessada nessas lutas.

No entanto a prioridade dada à organização autónoma dos trabalhadores nos locais de trabalho e de habitação tem-nos levado a não considerar em primeiro plano a organização específica tanto das mulheres como dos jovens, o que a todo o momento poderá ser reconsiderado tendo em conta as situações concretas.

PLENÁRIO DA E.P.A.M. DE 10/11 MOÇÃO

Os militares da EPAM (Escola Prática de Administração Militar) reunidos em plenário no dia 10-11-75, aprovaram uma moção em que depois de considerarem a escalada reacção contra as conquistas e direitos dos trabalhadores, a escalada da reacção, dos últimos dias nomeadamente no caso R.R., na tentativa de comprometimento da PM na manifestação de 9-11-75 e considerando ainda a ofensiva reacção em Angola provocada por um ataque das forças imperialistas da África do Sul, e Zaire "visando o povo Angolano de obter a independência sob a bandeira do MPLA", decidiram:

a) Declarar a sua oposição a qualquer tentativa de golpe reacção, afirmando solenemente que a sua posição é sempre ao lado

dos trabalhadores, pela defesa dos seus direitos e das suas conquistas;

b) Condenar energicamente o atentado terrorista contra a Rádio Renascença por parte do AMI, exigindo a imediata dissolução deste corpo repressivo, e a imediata reabertura da Rádio Renascença, devendo o VI Governo pagar, à Comissão de Trabalhadores da R.R., as indemnizações por todos os prejuízos causados;

c) Manifestar a sua solidariedade para com os camaradas da Polícia Militar denunciando os provocadores reacção e fascistas que pretendem — através do isolamento e dissolução do R.P.M. — enfraquecer as forças revolucionárias nos quartéis para mais facilmente levarem a cabo o seu golpe reacção;

Continua na pág. 15

A ARMA



- A - Corpo de culatra
- B - Corpo do cano
- C - Caixa de travamento da corredeira
- D - Travamento da corredeira
- E - Cão
- F - Ejector
- G - Mola recuperadora da culatra
- H - Patilha de (des)montagem
- J - Guia do cão
- K - Mola guia do cão
- L - Guarda-mato
- M - Mola de prisão do carregador
- N - Placa esq. e direita de cobertura do punho



PISTOLA WALTHER CALIBRE 9 mm MODELO P38 (1938)

(usada pelo exército português)

PRP — COMUNICADO À IMPRENSA A PROPÓSITO DA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A propósito duma Conferência de Imprensa concedida pelo Secretariado Político do PRP na passada Segunda-Feira e subordinada ao tema: "CONTRA A GUERRA CIVIL, INSURREIÇÃO ARMADA", cabe-nos afirmar:

1 — O comprovado interesse da matéria da referida Conferência patenteado na presença de elevado número de órgãos de Informação nacional e estrangeiro presentes à mesma e ainda pelo destaque que lhe foi dado na sua

difusão ou publicação.

2 — A presença significativa duma equipe de TV que, pela primeira vez, esteve presente numa Conferência de Imprensa deste partido, visto que sempre que no passado os realizadores de programas quiseram incluir o PRP foram literalmente impedidos.

3 — O total silêncio da EN e da TV sobre a referida conferência e que, tendo em conta que se tratam de órgãos oficiais do Governo, deixa aos olhos de todos a maneira segundo a qual o Governo interpreta a liberdade e o pluralismo de que tanto falam. Sabemos agora que foram as próprias direcções desses órgãos oficiais a determinar a proibição das respectivas gravações e filmagens que foram feitas durante a conferência.

4 — O PRP não estranha esta atitude dos actuais responsáveis pela orientação de instrumentos tão importantes como a rádio e a

TV e que não foram pagas por Mário Soares, Pinheiro de Azevedo ou Sá Carneiro, mas pelos trabalhadores. Reafirma o PRP que o uso abusivo da autoridade reaccionária sobre o que é propriedade dos trabalhadores coloca na ordem do dia a necessidade da recuperação desses meios e a conquista do próprio poder pelos trabalhadores organizados.

5 — A actuação do Governo e do C.R. no caso da Rádio Renascença, prova inequívoca da

intolerância e autoritarismo dos sociais-democratas e reaccionários, coloca claramente o problema do recurso à violência revolucionária, como única forma de se evitar que S. Bento venha a competir com o ELP na corrida ao terrorismo a que se vem assistindo e antes que todos os órgãos de Informação, excepção da TV e da EN, sejam destruídos à bomba.

Lisboa, 11-11-75

O Secretariado Político

E.P.A.M.

Continuação da pág. 14

d) Saudar a independência da República Popular de Angola sob a direcção do MPLA, enviando uma mensagem de apoio às cerimónias que terão lugar amanhã em Luanda;

e) Apelar a todos os militares e trabalhadores portugueses no sentido da organização de um amplo MOVIMENTO DE LUTA CONTRA A OFENSIVA REACCIÓNARIA, dentro e fora dos quartéis a fim de salvaguardar as conquistas e os direitos dos trabalhadores e de permitir o avanço da Revolução;

f) Reafirmar que só a organização autónoma das Praças, através da eleição de COMISSÕES DE SOLDADOS, da sua interligação, e da sua coordenação com os órgãos autónomos de vontade popular (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e Conselhos de Aldeia) permitirá organizar as massas trabalhadoras fardadas e não-fardadas, para a luta contra o fascismo e a reacção.

Plenário dos Militares da EPAM

10-11-75

EUROFIL

Continuação da pág. 7

qualquer momento aquando da crise mais aguda que atravessaram, foi a substituição do relvado inútil existente na área da fábrica, pelo cultivo de vegetais.

EUROFIL, um exemplo da organização dos trabalhadores, e das vitórias que se podem alcançar quando eles tomam posse daquilo que produzem, daquilo que é seu.

Neste momento um dos principais problemas que se põe, é o do armamento, essa necessidade vital que levará os órgãos de Poder Popular — Comissões de Trabalha-

dores, Moradores, Soldados e Marinheiros ao Poder, e que transformará as Forças Armadas regulares num verdadeiro Exército Revolucionário.

Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA R. C.* - Trav. Condessa do Rio, 7-9 - Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

O balanço das forças de direita e das forças de esquerda, ou, como se diz na linguagem dos políticos "a correlação de forças", neste período de tempo que antecedeu e se seguiu ao 11 de Novembro foi claramente favorável à esquerda.

Angola é independente. Essa é uma verdade luminosa como um punhal, que faz virar uma época da história. Por muito que os americanos tentem internacionalizar o conflito e provocar em Angola um novo Vietnam, nada podem contra o facto, terrível para eles, de existir uma Angola independente, virada claramente para o socialismo e com um Poder Popular autêntico. Este facto faz a história dar um salto para a frente e tem como consequência imediata que Angola passa a ser, desde já, o país mais avançado de África. Para benefício dos angolanos e dos povos independentes do mundo, Angola é um país rico, razão pela qual foi tão disputado e tão infiltrado pelas mais vis manobras. Nós sabemos, e o Imperialismo também sabe, que Angola e Portugal, no caso do nosso país fazer a Revolução Socialista, formarão uma parilha que transforma a face do mundo, tornando concreto o internacionalismo proletário numa forma que os teóricos marxistas do passado dificilmente podiam imaginar. Os americanos tentarão a partir de agora, não só continuar a jogar na FNLA e UNITA, como jogar também nas contradições e dificuldades que se seguirão ao nascimento deste país. Isso é certo, e tanto mais quanto o poder dos Estados Unidos tem contradições internas importantes que o fazem procurar vias "pacíficas". Mas todo este jogo é apenas o de alguém que está a perder irremediavelmente.

Por tudo isto as decisões do Governo Português em relação ao reconhecimento de Angola, têm pouca importância. Terão apenas influência sobre a ordem em que ficará Portugal na lista de países que reconhecem a República Popular de Angola.

Este Governo português que perde dia a dia força, pretende ganhá-lo com actos de desespero. Bombardear o Rádio Renascença ou desviar o avião que seguia para Luanda é próprio dum governo no exílio com núcleos de apoio clandestinos no interior do país... E se este Governo não se demite, não decreta o Estado de sítio é porque não tem sequer esperança de vir a adequar rapidamente força militar. Claro que procura criar um exército de mercenários, mas enquanto recruta dez fogem-lhe vinte. Neste aspecto a rebelião dos paraquedistas é notável. De tropa especial, o que é que o poder tem? Algumas companhias dos Comandos, porque outras já não estão muito seguras... Ai burguesia que te desfazes!

Será justo, nesta situação, que os revolucionários deixem degradar-se a realidade económica e social? Responderem-nos que não os operários da construção civil, que vieram para a rua numa das manifestações mais proletárias e mais combativas desde o 25 de Abril. Nos cartazes que traziam do antigo "POVO-MFA" uma palavra estava rasgada — "MFA". Sinal da consciência de que nem a conquista nem o exercício do poder se podem deixar por mãos alheias.

E que não teime seja quem for fazer ressuscitar o "MFA" venha ele pela mão social-democrata, pela mão reformista ou pela mão "independente". O MFA morreu. Vive e cresce o Poder Popular que ou será Armado ou não será poder.



Revolução

Companhias de pára-quedistas que passaram para o COPCON

Sábado, dia 8 duas companhias de paraquedistas que estavam no Renascença quando o emissor foi destruído declararam que não lhes tinham explicado nada do que se tinha passado e que passariam daí em

diante a não obedecer ao Chefe de Estado-Maior, mas sim ao COPCON e ao Otelo. Estas duas Companhias, que estavam na Região Militar de Lisboa, pertenciam ao AMI.

Plenário de Paraquedistas em Tancos

No dia 10, segunda-feira realizou-se em Tancos um plenário de sargentos e praças dessa unidade e do Montijo. Estavam assim reunidas todas as tropas paraquedistas e o plenário destinava-se a discutir sobretudo o caso da destruição do Rádio Renascença. É então que chegam sucessivamente um oficial da unidade, o capitão Vasco Lourenço e o Chefe de Estado-Maior, Morais e Silva, que pretendem assistir ao plenário. O último diz mesmo que vinha ali para esclarecer possíveis "desentendimentos" entre ele e os soldados e praças. É então que estes dizem para se irem embora, porque querem continuar o plenário e

fazem finca pé nisso. Os oficiais fizeram o que se chama meter o rabo entre as pernas e saíram a resmungar que haviam de fazer sanções disciplinares.

Os três oficiais resolvem então ir buscar os recrutados para fazer uma "sessão de esclarecimento" para compensar... Perante isto uma delegação de praças que estava no plenário foi à sessão interrompem-na e perguntam aos recrutados "Afinal vocês estão com eles ou connosco?" E os recrutados responderam que estavam com os seus camaradas e abandonaram a sessão...

Solidariedade da B. A. 3 (Tancos)

Ao lado da Base de paraquedistas de Tancos existe uma outra Base Aérea, a B.A. 3. Realizou-se nesta

unidade um plenário no dia 12, quarta-feira, onde foi aprovada uma moção de apoio aos paraquedistas.

Votação no Conselho da Revolução a respeito do Rádio Renascença

Quando foi feita a votação no Conselho da Revolução a respeito de silenciar ou não o Rádio Renascença, aquando da destruição do emissor

houve apenas dois votos contra: o de Contreiras e o de Otelo. Pergunta-se: onde estavam os outros oficiais progressistas? Estavam lá e votaram a favor.

Como votaram os militares do Governo a propósito de Angola

Quando no Governo se discutiu o reconhecimento do Estado independente de Angola, houve dois mili-

tares que votaram contra: Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo e o Ministro da Administração Interna.

Ferreira da Cunha não volta...

Consta que Ferreira da Cunha não volta para o Ministério da Comunicação Social. Assim se resolve

discretamente o escândalo ocasionado pela revelação do seu nome ligado à super-PIDE, DCI.

Torrão, Terra revolucionário

No Torrão, terra alentejana, está a organizar-se um processo judicial popular. Há anos um trabalhador rural foi assassinado por um GNR de convivência com um latifundiário, por motivos políticos. A morte foi dada por suicídio e como tal a própria Igreja não celebrou o enterro. A seguir ao 25 de Abril tentou-se rever o caso nos tribunais habituais, mas como sempre

a Justiça burguesa não deu andamento.

No domingo passado, dia 9, a população foi convocada para discutir o assunto. Juntaram-se 3000 pessoas e constituiu-se uma Comissão Popular de Inquérito. Desta vez o Tribunal Popular funciona não só para julgamento como também para a instrução do processo. Dia 22 haverá uma sessão pública para dar início à primeira fase do julgamento.

